

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

46

jan/mar, 2016



**Banco do
Nordeste**

OBRA PUBLICADA PELO

**Banco do
Nordeste****PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORESFrancisco da Chagas Soares
Isaías Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Romildo Carneiro Rolim
Wanger Antonio de Alencar Rocha**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**Tibério Rômulo Romão Bernardo
*Superintendente***Economista Chefe**

Luiz Alberto Esteves

Ambiente de Estudos, Pesquisa e AvaliaçãoAirton Saboya Valente Junior
Gerente de Ambiente

Luciano J. F. Ximenes

*Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas*Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Informações
Econômicas, Sociais e Tecnológicas***CORPO EDITORIAL****Editor-Chefe**

Luiz Alberto Esteves

Editor-Executivo

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Científico

Airton Saboya Valente Junior

EQUIPE TÉCNICA**Produto Interno Bruto**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços e Comércio

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Wellington Santos Damasceno

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Cenário Internacional

Airton Saboya Valente Júnior

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiária

Francisca Crisia Diniz Alves

Preparação de Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

M&W Comunicação Integrada

Diagramação

M&W Comunicação Integrada

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 46 (janeiro – março. 2016). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2016 -

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	4
1.1. A Indústria de cerveja no Brasil	4
2. ATIVIDADE ECONÔMICA	9
2.1. Produto Interno Bruto (PIB)	9
2.2. Produção Agropecuária	16
2.3. Produção Industrial	19
2.4. Comércio e Serviços	23
3. TURISMO	28
4. MERCADO DE TRABALHO	31
5. SETOR EXTERNO	34
5.1. Cenário Internacional	34
5.2. Comércio Exterior	37
6. FINANÇAS PÚBLICAS	40
7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	42
7.1. Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional	42
7.2. Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro no Nordeste	44
8. ÍNDICE DE PREÇOS	46
8.1. Inflação	46
ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL – 2015	48
ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS	49
ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)	50

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1. A Indústria de cerveja no Brasil

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Internacional. Gerente de Produtos e Serviços do BNB/Etene.

Francisca Crisia Diniz Alves

Graduanda em Economia e Estagiária do BNB/ETENE.

INTRODUÇÃO

A cerveja é uma bebida milenar, produzida a partir da fermentação de cereais, sendo os ingredientes básicos a água, a cevada, o lúpulo e o malte, podendo ainda ser composta por milho, arroz, trigo, sorgo, aveia e açúcares. Em alguns tipos especiais da bebida adicionam-se frutas, sucos de frutas, ervas, especiarias, grãos, temperos, vegetais e amêndoas. Atualmente, a cerveja está entre as bebidas mais consumidas no mundo, depois da água, chá, café e leite, sendo a primeira entre as bebidas alcoólicas (DORLING KINDERSLEY, 2010).

Estima-se que existam atualmente mais de 20 mil tipos de cervejas no mundo. As variações ocorrem em função do local de produção, que determina a oferta e a qualidade dos ingredientes; a situação econômica dos fabricantes, que possibilita a contratação de mão de obra, a construção de instalações, a aquisição de insumos, embalagens e equipamentos, além do acesso aos canais de distribuição; o poder aquisitivo dos consumidores, que influi na demanda do produto final; os aspectos culturais, que motivam as preferências por determinadas características da bebida, a exemplo do aroma, cor e sabor; além do conhecimento tácito e do nível tecnológico disponível, que permite realizar aperfeiçoamentos no processo de fabricação, tais quais diferentes tempos e temperaturas de cozimento, fermentação e maturação, além da escolha e combinação dos ingredientes.

Tendo em vista as mencionadas diferenças, as cervejas são classificadas pelo teor alcoólico, extrato, cor, malte e especialmente pelo tipo de fermentação. Nesse último caso, as cervejas fermentadas a altas temperaturas são denominadas *Ale*, gerando um produto de sabor forte, com teor alcoólico entre 4° e 8°, podendo ser de cor clara, avermelhada ou escura. Existem diversas subdivisões de cerveja *Ale*, a exemplo das amargas, meio amargas, claras, escuras, *Porter*, *tout* dentre inúmeras outras (DORLING KINDERSLEY, 2010).

Atualmente, a maior parte das cervejas produzidas no mundo é fermentada a baixas temperaturas, sendo denominadas *Lager*, com teor alcoólico entre 4° e 5° podendo ser de cor clara, avermelhada ou escura. Alguns dos tipos mais conhecidos são *Pilsener* ou *Pilsen*, *Vienna*, *Dortmund*, *Einbeck*, *Bock*, *Export*, *Munich* e *Ice*, parte delas fazendo referência às cidades onde foram desenvolvidas as fórmulas.

Uma terceira classificação diz respeito às cervejas do tipo *Lambic*, cuja fermentação é espontânea e realizada por agentes naturais, consistindo em expor a própria cerveja a leveduras selvagens. Os tipos *Ale* e *Lager* são submetidas à fermentação de leveduras cultivadas. O processo de fabricação da *Lambic* é considerado o mais antigo no que se refere a essa bebida. A *Lambic* possui uma gama numerosa de aromas e sabores, desde os amadeirados, vínicos, ácidos, frutados, condimentados e até defumados. Dentre os tipos de *Lambic*, pode-se citar a *Lambic-Fruit*, *Freuze*, *Faro*, *Kriek* e *Framboise*.

Existem outras nomenclaturas de cervejas, tais quais as trapistas, processadas por monges da congregação religiosa católica trapista. Apenas seis abadias da Bélgica e uma da Holanda produzem em pequenas quantidades a referida cerveja, a qual possui uma certificação de origem. As bebidas do tipo *Abbey* ou cervejas “de abadia” diferem das trapistas por não possuir origem controlada. Podem ser fabricadas em plantas industriais e comercializadas em larga escala, desde que a sua receita original seja originária de uma abadia, a qual pode ou não ser da ordem trapista. Por sua vez, as cervejas do tipo *Rauchbier* utilizam maltes defumados podendo ser de vários estilos, como *Marzen* e *Weizen*.

As *Fruit Beer* utilizam frutas ou sucos de fruta. As *Spice*, *Herbe* e *Vegetable* são cervejas temperadas com especiarias, ervas e vegetais, respectivamente. O *chope* ou *chopp* é um tipo de cerveja não pasteurizada, podendo ter variações assim como acontece com a própria cerveja, seguindo diferentes estilos (DORLING KINDERSLEY, 2010).

Além dessa introdução, o presente artigo analisa de forma sucinta a cadeia produtiva da cerveja e o cenário empresarial. Finaliza-se com as perspectivas do setor e detalha-se a bibliografia utilizada no documento. O estudo apresenta informações e dados do Brasil e do Nordeste.

A cadeia produtiva da cerveja

O setor cervejeiro tem ampla capilaridade e está presente em praticamente todas as cidades do Brasil. A cadeia produtiva das bebidas industrializadas tem como elo central a fabricação, como núcleo a montante e o fornecimento de insumos e, como segmento, a jusante e a distribuição do produto acabado até o ponto de venda. Referido segmento movimenta um conjunto de atividades desde a pesquisa, o cultivo agrícola, o processamento e a comercialização de insumos e matérias-primas até a entrega do produto ao consumidor nos estabelecimentos comerciais.

No Brasil, a cadeia produtiva da cerveja mobiliza, aproximadamente, 8 milhões de profissionais das mais diversas áreas, cerca de 12 mil fornecedores de bens e serviços e de 10 mil famílias no campo. Participam da cadeia o agronegócio, construção civil, máquinas e equipamentos, transporte, energia, veículos, papel e celulose, alumínio, vidro, além é claro das cervejarias, o que envolve mais de 1 milhão de pequenas e médias empresas (CERVBRASIL, 2016).

Portanto, o setor cervejeiro é relevante para a economia brasileira, tendo inclusive realizado investimentos próximos a R\$ 20 bilhões entre 2010 e 2014. Conta com aproximadamente 2,2 milhões de pessoas empregadas ao longo da cadeia, equivalendo a 2,3% da população economicamente ativa-PEA do Brasil. Em 2014, o segmento de cerveja gerou R\$ 70 bilhões em faturamento, R\$ 27 bilhões em salários e R\$ 21 bilhões em impostos. A cerveja é um dos produtos com uma das maiores cargas tributárias no Brasil. Possui importante efeito multiplicador na economia através de extensa cadeia produtiva, sendo responsável por 1,6% do PIB e 14% da indústria de transformação nacional. Estima-se que, para cada R\$ 1 real investido no setor, sejam gerados R\$ 2,5 na economia brasileira (CERVBRASIL, 2016).

Especificamente no Nordeste, a indústria cervejeira gerou 445 mil postos de trabalho em 2014, remunerou R\$ 4 bilhões em salários, o que proporcionou um impacto de R\$ 10,9 bilhões em termos de valor adicionado na economia regional (CERVBRASIL, 2016).

Em relação aos insumos utilizados na fabricação de cerveja, é importante destacar que o Brasil dispõe de água e é um dos maiores produtores agrícolas do mundo, inclusive de cereais. As cervejarias contam então com ampla

oferta de matéria-prima, com as grandes firmas podendo negociar preços e prazos de pagamento. Contudo, parte dos ingredientes utilizados no processamento da cerveja é importada, como a cevada, leveduras e o lúpulo, que são *commodities* com preços determinados pelos mercados internacionais. Portanto, a taxa de câmbio e as tarifas de importação impactam o setor no país.

O segmento dispõe de fornecedores de embalagens, como latas de alumínio, garrafas de vidro e garrafas de polietileno tereftalato (PET). Todavia, as grandes empresas, quando não produzem suas próprias embalagens, rótulos e tampas, possuem poder de barganha junto aos fornecedores, realizando compras através de pregões eletrônicos e contratos de exclusividade com fornecedores. As pequenas cervejarias, por sua vez, são em geral tomadoras de preços (DONATO, 2014).

Os principais bens de capital empregados nas cervejarias consistem em silos de armazenagem, moinhos, filtros, tanques, caldeiras, trocadores de calor e esteiras. Os equipamentos de envase são encontrados no mercado nacional, embora as linhas de alta velocidade de enchimento de latas e garrafas dispõem de poucas opções de fornecedores (CERVIERI JÚNIOR, 2014).

A logística é crucial para a fabricação de cerveja, pois permite rapidez na entrega, redução dos estoques de matérias-primas e de mercadorias, proporcionando redução de custos e satisfação de fornecedores e clientes. A logística do setor é segmentada em três etapas principais: dos fornecedores de matérias-primas e insumos para as unidades fabris; destas para os revendedores e centros de distribuição, os quais pertencem à própria indústria ou são terceirizados; e destes para os pontos finais de venda, ou seja, atacadistas e varejistas, a exemplo de hipermercados, supermercados, mercearias, lojas de conveniência, padarias, bares, lanchonetes, restaurantes, meios de hospedagem, casas noturnas e centros de lazer (DONATO, 2014).

No Brasil, a cadeia produtiva da cerveja utiliza primordialmente o modal rodoviário para transportar insumos, matéria-prima e produto final. Assim, as cervejarias do país movimentam, aproximadamente, 38 mil veículos e atendem 1,2 milhão de pontos de venda (CERVBRASIL, 2016).

Apesar dos esforços realizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e conforme Schwab (2016), o Brasil ocupa apenas a 121ª posição em infraestrutura, entre 144 países pesquisados. Referido relatório analisa a qualidade das rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, dentre outros equipamentos de infraestrutura. Vale ressaltar que o suprimento de infraestrutura adequada representa um dos principais entraves para se realizar negócios no Brasil.

Cenário empresarial

A indústria de cerveja tem passado por um intenso processo de aquisições e fusões, inclusive a nível mundial, implicando uma elevada concentração no setor e internacionalização das empresas. Em consequência, algumas das principais marcas da bebida estão globalizadas, associadas a campanhas de marketing internacional e frequentemente atreladas a patrocínios de megaeventos artísticos e desportivos. Marcas como Amstel, Asahi, Beck's, Birra Moretti, Budweiser, Carling, Carlsberg, Coors, Corona, Estrella Damm, Guinness, Foster's, Heineken, Kirin Ichiban, Kronenbourg, Labatt, Mahou, Miller, Molson Canadian, Newcastle, Paulaner, Sagres, Sapporo e Stella Artois, dentre outras, podem ser encontradas em diferentes países. Paralelamente, as marcas artesanais, produzidas localmente e em pequena escala, ganharam a preferência de determinados consumidores, especialmente os de renda mais elevada.

Conforme a Euromonitor International (2016), o Brasil contava com 249 cervejarias em 2014 ante 189 em 2009. As quatro maiores empresas do setor são a Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), a Cervejaria Brasil Kirin, a Cervejaria Petrópolis e a Cervejaria Heineken do Brasil. A AmBev continuou a liderar as vendas de cerveja no Brasil em 2014, com uma participação de 63,9% no volume total. A Brasil Kirin ficou em segundo lugar com 13,3% do volume total. Em terceiro, a Cervejaria Petrópolis atingiu uma participação de 11,5%, enquanto que a Heineken do Brasil obteve 8,5% do total das vendas. Em conjunto, as quatro cervejarias responderam por 97,2% da comercialização de cerveja no Brasil em 2014. As demais, totalizando 245 cervejarias, responderam pelos 2,8% do restante das vendas no citado ano.

A fusão, em 1999, das centenárias Cervejaria Brahma (fundada em 1888) e Companhia Antarctica (fundada em 1891) permitiu a criação da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev). A empresa é uma subsidiária com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, do grupo belga Anheuser-Busch InBev NV, que é considerado o maior produtor de cerveja do mundo. A AmBev e suas subsidiárias produzem, distribuem e vendem cerveja e outras bebidas não alcoólicas, a exemplo de chás, energéticos, isotônicos e refrigerantes em 17 países das Américas (vide anexo). As ações da companhia são negociadas no Brasil na bolsa de mercadorias de São Paulo e nos Estados Unidos na bolsa de Nova York.

A AmBev possui 52 mil funcionários, dos quais 34 mil trabalham em 36 fábricas e 100 centros de distribuição espalhados no Brasil (vide anexo). A extensa carteira inclui 23 marcas de cervejas comercializadas no país, a exemplo da Adriática, Antarctica, Antarctica Original,

Antarctica Sub Zero, Bohemia, Brahma, Brahma Chopp, Brahma Malzibier, Brahma Zero, Budweiser, Caracu, Corona, Franziskaner, Hoegaarden, Leffe, Norsteña, Patricia, Polar, Quilmes, Serra Malte, Skol, Skol Beats e Stella Artois (AMBEV, 2016).

O grupo Kirin Holdings Company, a segunda maior cervejaria do Japão, adquiriu, em 2012, um pacote de ações majoritárias da Cervejaria Schincariol, que havia sido fundada em 1939, surgindo então a Brasil Kirin. A empresa produz e comercializa cerveja, água, energéticos, refrigerantes e sucos. Está sediada em Itu, em São Paulo, emprega cerca de 10 mil pessoas e possui 13 unidades fabris em 11 estados do país, tendo uma capacidade de produção de 5,5 bilhões de litros por ano.

A Brasil Kirin é uma empresa de bebidas integrante de um grupo global com mais de 46 mil funcionários no mundo, e presente em mais de 15 países. A subsidiária brasileira tem suas marcas distribuídas por 19 centros de distribuição próprios e mais de 190 revendas para atender cerca de 600 mil pontos de vendas em todo o Brasil. As unidades fabris da Brasil Kirin estão localizadas em Alagoinhas (BA), Alexânia (GO), Benevides (PA), Blumenau (SC), Cachoeiras de Macacu (RJ), Campos de Jordão (SP), Caxias (MA), Horizonte (CE), Igarassu (PE), Igrejinha (RS), Itu (SP), Manaus (AM), Recife (PE). O grupo oferece cerveja sob as marcas Baden Baden, Cintra, Devassa, Eisenbahn, Glacial, Kirin Ichiban, NS2, Primus, Schin e Schin no Grau (BRASIL KIRIN, 2016).

Por sua vez, o Grupo Petrópolis fabrica e distribui cerveja, água, destilados, energéticos, isotônicos e refrigerantes. A empresa foi fundada em 1994 e está sediada na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, tendo ficado em terceiro lugar no mercado de cervejas, com uma participação de 10% das vendas totais em termos de volume em 2014. Atualmente, o Grupo Petrópolis atua em mais de 20 estados, com seis fábricas localizadas em Petrópolis/RJ, Teresópolis/RJ, Boituva/SP, Rondonópolis/MT, unidades fabris de Alagoinhas/BA e Itapissuma/PE no Nordeste.

Atualmente, as marcas da cervejaria são Black Princess, Crystal, Itaipava, Itaipava Premium, Lokal, Petra Pilsen e Weltenburger Kloster. A empresa tem obtido destaque no Nordeste, pois aumentou sua presença na região por meio de novas instalações de produção e centros de distribuição. Dentre as maiores indústrias do setor, a Cervejaria Petrópolis é a única empresa de grande porte com capital 100% nacional.

O Grupo Petrópolis tem realizado investimentos em marketing, com anúncios de TV e campanhas de mídia social para atrair a atenção dos consumidores. A Itaipava, a principal marca da Petrópolis, utiliza como temas as praias, o sol e o bom humor, objetivando se consolidar no merca-

do. A campanha de lançamento da Itaipava Zero Álcool (baixo teor alcoólico/cerveja sem álcool) tem enfatizado que é possível para o consumidor saborear uma cerveja de qualidade sem consumir álcool. Em termos de investimentos diferenciados, a marca Petra Pilsen foi incorporada para a carteira da empresa, sendo anunciada como um produto de qualidade superior que utiliza ingredientes selecionados, inclusive malte extra. A intenção é competir no segmento *premium*, o que torna possível a obtenção de lucros mais elevados. Além disso, a Cervejaria Petrópolis adquiriu os direitos de utilizar os nomes dos Estádios Fonte Nova, em Salvador, e Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata nas cercanias de Recife. Referidos equipamentos foram denominados “Arena Itaipava”.

Após a conclusão da fábrica de Alagoinhas na Bahia em 2014, além da inauguração das instalações de produção em Itapissuma em Pernambuco, em 2015, a empresa espera se consolidar no Nordeste. A cervejaria deverá ainda aportar recursos em 86 centros de distribuição na Bahia, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Maranhão, investimentos que deverão reduzir a sua dependência de distribuidores terceirizados. A Cervejaria Petrópolis obteve vendas de R\$ 5,1 milhões, R\$ 6,4 milhões e R\$ 8,9 milhões em 2012, 2013 e 2014, respectivamente (GRUPO PETRÓPOLIS, 2016).

A Cervejaria Heineken Brasil possui oito fábricas no país, com capacidade para produzir 19 milhões de hectolitros, empregando aproximadamente 2.300 funcionários. Trata-se de uma subsidiária do grupo holandês Heineken NV, que foi fundado em 1864, estando presente em mais de 170 países e operando mais de 140 cervejarias no mundo. Possui mais de 75 mil funcionários e mais de 200 marcas, sendo considerado um dos grupos cervejeiros mais internacionalizados. As principais marcas da em-

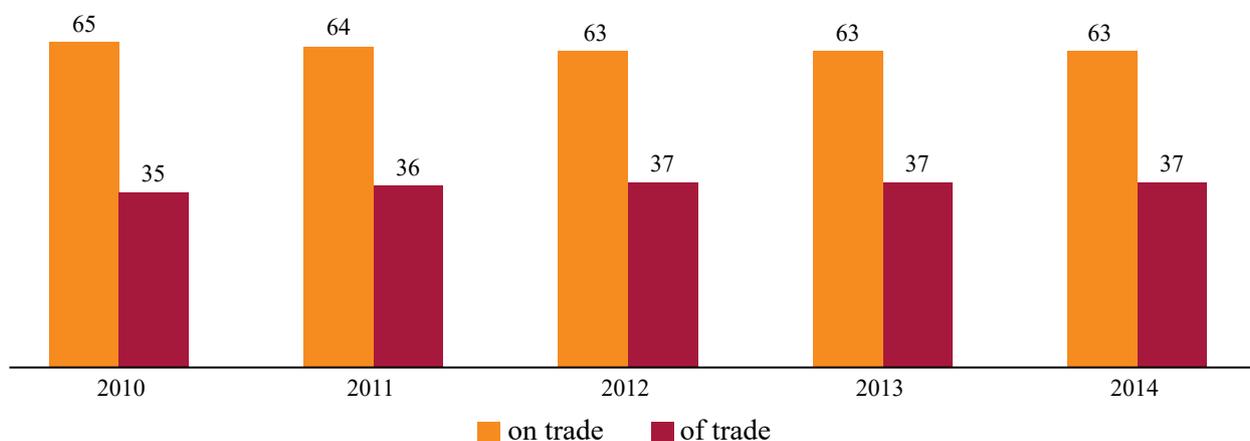
presa no Brasil são Amstel, Bavaria, Bavaria Premium, Bavaria 0,0%, Desperados, Gold, Heineken, Kaiser, Kaiser Radler, Sol Premium, e Xingu. A companhia importa ainda as marcas, Dos Equis, do México, Birra Moretti, da Itália, Edelweiss, da Áustria e Murphy’s Irish Stout, da Irlanda (CERVEJARIA HEINEKEN, 2016).

As cervejas artesanais continuam a se desenvolver e crescer no Brasil. Microcervejarias e pequenas unidades produzem para os mercados locais, concentrando as vendas e distribuição em certas regiões. As cervejas artesanais são diferentes das marcas *premium* pois são fabricadas em pequena escala, com sabores distintos e rótulos exclusivos. Dentre as principais marcas dessas cervejas no Brasil cabe destacar Dado Bier, Karavelle e Germânia, entre outras.

Perspectivas para o setor

O mercado de cerveja expandiu e se diversificou no Brasil em anos recentes paralelamente ao ciclo de crescimento econômico ocorrido no país. Contudo, a perspectiva é desafiadora para os fabricantes de cerveja, considerando que a indústria terá de se adaptar ao atual período de retração econômica. É de esperar um arrefecimento no ritmo de crescimento das vendas de cerveja, tendo em vista que os consumidores tenderão a optar por beber em menor quantidade, especialmente em bares e restaurantes, preferindo adquirir a bebida no comércio varejista para consumir na própria residência. De acordo com Euromonitor International (2016), aproximadamente 63% do volume de cerveja consumida no Brasil ocorreu em bares, restaurantes e afins, e os 37% restantes em residências (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Consumo de cerveja no Brasil – % do volume consumido



Fonte: Euromonitor International (2016).

Notas: O consumo *on trade* ocorre quando a bebida é consumida no próprio local onde a venda é realizada, a exemplo de bares, restaurantes e afins. No consumo *off trade* a bebida é adquirida no varejo e consumida em outro local, em geral na residência do comprador. Atualmente, alguns varejistas permitem o consumo de cerveja no próprio local, a exemplo de supermercados e lojas de conveniência.

Os aumentos previstos de tributação, a inflação mais elevada, os recentes ganhos salariais e a depreciação do real brasileiro em relação ao dólar norte-americano estão aumentando os custos com os insumos, embalagem processamento e logística. Mormente a realização dos Jogos Olímpicos em 2016, é importante ressaltar que alguns dos fatores que sustentaram o crescimento das vendas da bebida, como a celebração do Carnaval em data mais distante das festas de final de ano e a realização da Copa do Mundo não se repetirão em 2016. Assim, as empresas terão de ser inovadoras, além de trabalhar na redução de custos, a fim de manter os lucros.

Por outro lado, alguns fabricantes estão confiantes no novo modelo de tributação que pode proporcionar equilíbrio para a indústria. Por muitos anos, as empresas menores têm sofrido com elevada tributação, e o novo modelo deverá tributar os produtos de acordo com os respectivos preços. Assim, quanto maior o preço de um produto, maiores os impostos a serem pagos.

Apesar do cenário restritivo, espera-se um crescimento no volume de vendas de 1,6% em termos médios anuais de 2014 a 2019, o que implica uma expansão de 8,1% nesse período. As marcas *premium* tenderão a obter crescimento, embora a um ritmo mais lento, especialmente entre os produtos importados. Em geral, os consumidores tenderão a reduzir o consumo de cerveja em bares e restaurantes, optando por consumir nas próprias residências. A desvalorização da moeda brasileira deverá estimular as exportações e frear as importações da bebida. Por outro lado, os insumos importados tornaram-se mais caros em função da desvalorização cambial. Deve ocorrer um freio no ganho real de salário no setor. As previsões da produção de cerveja no Brasil estão especificadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Estimativa de produção de cerveja no Brasil – em bilhões de litros

Ano	Produção de cerveja (em bilhões de litros)
2016	14,2
2017	14,4
2018	14,7
2019	15,0

Fonte: Euromonitor International (2016).

Em síntese, o segmento de cervejas é relevante no Brasil em função da elevada produção e consumo dessa bebida, dos expressivos valores monetários movimentados pela cadeia produtiva, tendo em vista o número de pessoas que emprega, bem como pela distribuição territorial das unidades fabris que permite a criação de

renda e postos de trabalho em regiões de menor desenvolvimento, a exemplo do Nordeste.

Referências

AMBEV. Companhia de Bebidas das Américas (2016). **Investidores**. Disponível em: <http://ri.ambev.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=43230>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL KIRIN (2016). **A Brasil Kirin**. Disponível em: <https://www.brasilkirin.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CERVBRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CERVEJA. (2016). **Anuário 2015**. Disponível em: <http://www.cervbrasil.org.br/arquivos/ANUARIO_CB_2015_WEB.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

CERVEJARIA HEINEKEN (2016). Cervejaria Heineken. Disponível em: <<http://www.heinekenbrasil.com.br/?Heineken-Cervejaria>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CERVIERI JÚNIOR, O. et al (2014). **O setor de bebidas no Brasil**. In: BNDES SETORIAL, p. 93-130. BNDES: Rio de Janeiro.

DONATO, J. V. (2014). **Análise setorial: bebidas alcoólicas**. Disponível em: <<http://d001www06/AmbEstudosPesqAval/AnalisesSetoriais/docs/1569190914.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

DORLING KINDESLEY (2010). **Beer – visual reference guides series**. Londres e Nova York.

EUROMONITOR INTERNATIONAL (2016). **Beer in Brazil**. Disponível em: <<http://www.portal.euromonitor.com/portal/analysis/tab>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GRUPO PETRÓPOLIS (2016). **Empresa**. Disponível em: <http://www.grupopetropolis.com.br/empresa>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SCHWAB, K. (ed.) (2016). **The global competitiveness report 2015-2016**. World Economic Forum. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global_Competitiveness_Report_2015-2016.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

2. ATIVIDADE ECONÔMICA

2.1. Produto Interno Bruto (PIB)

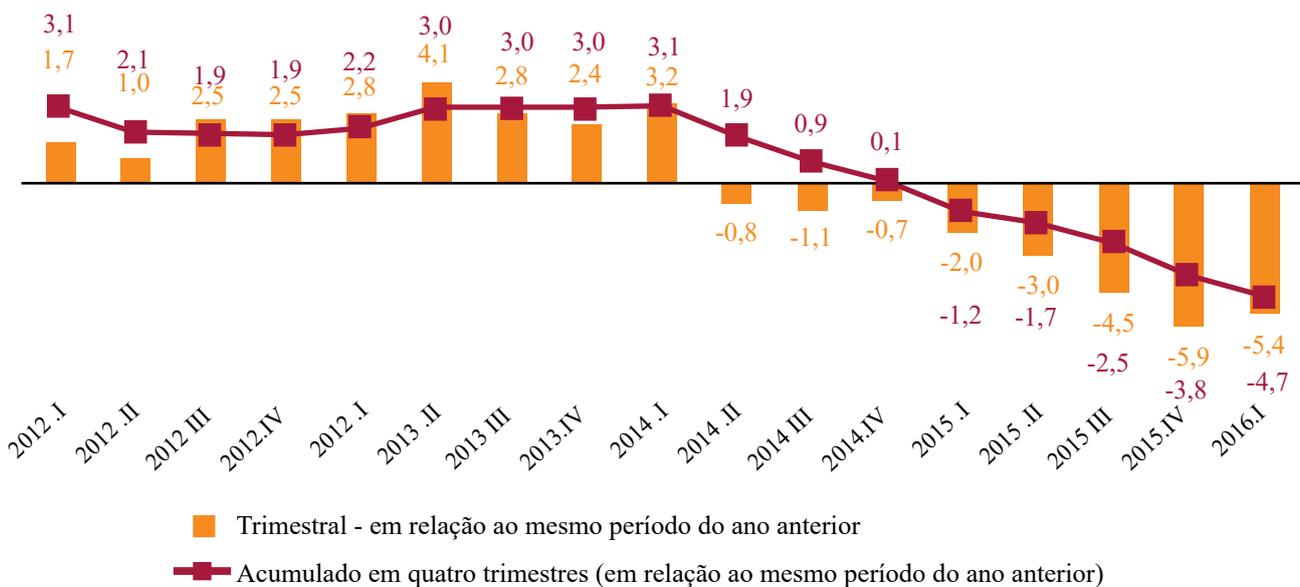
A economia brasileira segue em recessão desencadeada a partir do segundo trimestre de 2014. O primeiro trimestre de 2016 assinalou contração em sua atividade de 5,4% em relação ao mesmo período anterior, seguindo com a oitava queda consecutiva do PIB.

Verifica-se quadro semelhante na evolução das taxas de variação acumuladas em quatro trimestres, quando consolida retração de 4,7% comparada imediatamente

aos quatro trimestres anteriores, configurando na quinta variação negativa nesse período em análise, conforme Gráfico 1.

A atual conjuntura econômica brasileira é, em parte, reflexo de um ambiente de incertezas políticas que afetam a confiança de seus agentes gerando, conseqüentemente, instabilidade econômica.

Gráfico 1 – Evolução das taxas de crescimento do PIB: trimestral em relação ao mesmo período anterior e acumulado em quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Setorialmente, a desaceleração da atividade econômica decorre especialmente do baixo desempenho da indústria, cuja contração superou o declínio observado nos setores de serviços e agropecuária. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2016 contra o mesmo período do ano anterior, a indústria registrou queda de 7,3%, serviços e agropecuária seguiram com retração de 3,7% cada (Tabela 1).

A contração do setor industrial deriva, sobretudo, do baixo desempenho da indústria de transformação que retraiu 10,5% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do anterior. Cenário com resultados

negativos observados vêm ocorrendo desde o segundo trimestre de 2014. A desaceleração da indústria manufatureira resultou, em grande medida, do câmbio desvalorizado em 37% no mesmo período de comparação, com prejuízos significativos nos setores importadores e/ou com forte dependência de insumos importados. Ademais, vale mencionar que também ocorre um desincentivo aos investimentos por encarecer a importação de máquinas e equipamentos para modernização de empresas e novos projetos do setor.

De acordo com dados das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE), no primeiro trimestre de 2016, a indústria

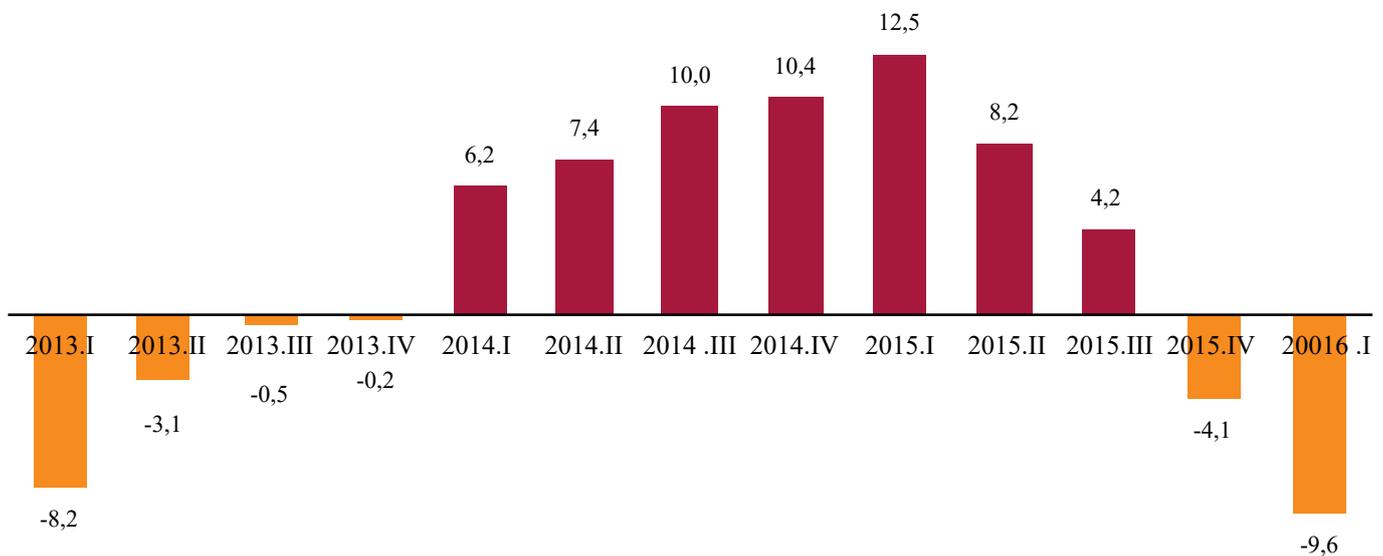
extrativa decresceu 9,6% frente ao mesmo período do ano anterior, puxada tanto pela queda da produção nacional quanto dos preços internacionais do petróleo e gás natural. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, a produção de petróleo teve redução de -4,0%, no acumulado do ano (janeiro/abril de 2016) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conforme a apresentação da evolução das taxas de variação trimestral no Gráfico 2, nota-se que após um período de contração em todos os trimestres do ano de

2013, a indústria extrativa começou a avançar em função dos efeitos decorrentes dos investimentos no setor no ano de 2014. Nesse período de crescimento do setor, a produção de petróleo e gás natural foi determinante para esse resultado em 2014 e a manutenção de seu ritmo de dinamismo nos primeiros meses de 2015.

Depois desse período de crescimento, voltou a desacelerar a partir do segundo trimestre de 2015, chegando ao último trimestre do mesmo ano com contração de 4,1% frente ao mesmo período anterior, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução das taxas de variação trimestral* da Indústria Extrativa- 2013 a 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Nota: (*) Comparação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A construção civil, por seu turno, registrou redução de 6,2% no primeiro semestre de 2016. A baixa performance do setor ocorreu devido aos modestos investimentos governamentais em infraestrutura, o que contribuiu para travar os projetos em grandes obras e, por conseguinte, reduzir o número de empregos do setor da construção civil e da indústria de transformação. Percebem-se expectativas negativas dos empresários do ramo diante do cenário de incertezas.

O setor de serviços reduziu suas atividades em 3,7% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, resultado vinculado, principalmente, aos desempenhos desfavoráveis dos segmentos do comércio (-10,7%), transporte, armazenagem e correio (-7,4%) e serviços de informação (-5%).

A contração do comércio resulta de diversas atividades dependentes, em grande medida, da renda real. Com a deterioração do mercado de trabalho, com consequente perda de emprego e renda associada à alta taxa inflacionária, reduz-se substancialmente o poder de compra das famílias, contraindo ainda mais o consumo.

Quanto ao setor agropecuário, a retração no primeiro trimestre de 2016 frente ao mesmo período do ano passado foi de 3,7%. Contribuiu para o baixo crescimento o desempenho negativo no primeiro trimestre de 2016: a queda de produtividade de algumas culturas cuja safra é relevante no primeiro trimestre do ano; o aumento nos custos de produção dos segmentos vinculados à pecuária e o fraco desempenho do setor; e ainda, a perda de dinamismo da produção florestal (IBGE, 2016).

Tabela 1 – Ótica da oferta – Taxas de crescimento do PIB acumulado em quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores

Componentes do PIB	2015.I	2015.II	2015.III	2015.IV	2016.I
Agropecuária	5,4	2,2	-2,0	0,6	-3,7
Indústria	-4,4	-5,7	-6,7	-8,0	-7,3
Indústria extrativa	12,5	8,2	4,2	-4,1	-9,6
Indústria de transformação	-7,3	-8,1	-11,3	-12,0	-10,5
Prod. e distrib. de eletríc. e gás, água, esgoto e limp. urbana	-6,6	-1,6	1,5	1,4	4,2
Construção	-8,3	-10,6	-6,3	-5,2	-6,2
Serviços	-1,4	-1,8	-2,9	-4,4	-3,7
Comércio	-5,9	-7,1	-9,9	-12,4	-10,7
Transporte, armazenamento e correio	-4,0	-5,2	-7,7	-9,0	-7,4
Serviços de informação	3,5	-0,1	-1,5	-3,0	-5,0
Interm. financ. seguros, prev. compl. e serv. relacionados	0,7	0,1	0,4	-0,4	-1,8
Atividades imobiliárias	0,1	0,8	0,3	0,0	0,0
Outros serviços	-1,2	-2,0	-3,5	-4,4	-3,4
Adm. saúde e educação pública e seguridade social	-0,4	0,5	0,9	-1,2	-0,8
PIB a preço de mercado	-2,0	-3,0	-4,5	-5,9	-5,4

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Dentre os componentes da demanda, constata-se que o mercado interno continua exercendo um papel relevante na composição do PIB brasileiro. A participação percentual do consumo das famílias alcançou 64,2% do PIB no primeiro trimestre de 2016, acréscimo de

1,3% frente ao ano de 2015, quando a participação foi de 63,4% do PIB de 2015¹. Verifica-se que a partir de 2010, a participação percentual do consumo das famílias mantém trajetória de crescimento, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Participação percentual dos componentes do PIB - Demanda

Componentes do PIB	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016.I(1)
Consumo das famílias	59,7	62,0	60,2	60,3	61,4	61,6	62,4	63,4	64,2
Consumo do governo	18,8	19,7	19,0	18,7	18,6	19,0	19,5	20,2	19,2
FBCF + Var. estoque	21,6	18,8	21,8	21,8	21,4	21,7	20,9	17,7	16,6
Exportação - bens e serviços	13,5	10,9	10,7	11,5	11,7	11,7	11,2	13,0	13,3
Importação - bens e serviços	-13,7	-11,3	-11,8	-12,2	-13,1	-14,0	-13,9	-14,3	-13,3
PIB a preço de mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,1	100,0	100,0

Fonte: Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

(1) Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Na comparação do primeiro trimestre de 2016 com igual período do ano anterior, o consumo das famílias caiu 6,3%, confirmando a quinta retração seguida. Este declínio ocorreu em função da deterioração de alguns indicadores como juros, crédito, inflação, emprego e renda no período em análise. Quanto aos juros e crédito, que impactam na decisão do consumo das famílias tanto em curto prazo quanto em longo prazo, a taxa básica de juros (SELIC) está em 14,25% ao ano, percentual mantido pelo Comitê de Política Monetária (Copom)

do Banco Central desde agosto de 2015. Enquanto isso, a oferta de crédito registrou queda de 1,8% no primeiro trimestre de 2016.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou alta de 2,62% no primeiro trimestre de 2016 (acumulado do ano) e 9,39% no acumulado em 12 meses, contribuindo para o baixo consumo das famílias. Os itens que mais pesaram no

¹ Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2016).

orçamento das famílias foram alimentação, bebidas e vestuário no primeiro trimestre de 2016.

Ainda no primeiro trimestre de 2016, a taxa média de desemprego ficou em 10,9%, apresentando aumento em relação ao trimestre anterior (9,0%). A taxa segue em patamares elevados desde o primeiro trimestre de 2015, se comparada com as taxas de desocupação dos trimestres de 2014 que variaram entre 6,5% e 7,2%, conforme dados do IBGE. Esse quadro de instabilidade econômica foi acompanhado pela continuidade de redução das contratações dos empregos com carteira assinada, gerando déficits no saldo de empregos formais de acordo com o Caged. Vale salientar que esse movimento já vem ocorrendo desde 2014, quando o contingente de contratações reduziu-se 17,3%, enquanto as demissões recuaram 5,9% entre 2014 e 2015. A queda tanto do nível de atividade econômica quanto do número de pessoas ocupadas acompanhada de alto índice inflacionário tem se refletido na redução do rendimento anual médio do trabalhador. Em termos nacionais, a remuneração média de R\$ 1.966 no primeiro trimestre de 2016 implicou desvalorização de 3,2% em relação ao mesmo trimestre de 2015.

O consumo do governo apresentou variação negativa de 1,4% no primeiro trimestre de 2016 na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado em 12 meses, o decréscimo foi de 1,3%. O fato de o governo ter encerrado com déficit primário tanto no primeiro trimestre de 2016, de 5,8 bilhões (ante o superávit de R\$ 19 bilhões para o mesmo período do ano passado), quanto no acumulado em doze meses, de R\$ 136 bilhões (aproximadamente 2,28% do PIB), certamente reflete essa contração dos gastos governamentais. O ajuste fiscal maior do que o de 2015 revela um recrudescimento na condução da política fiscal no início do ano que se traduz por uma redução das despesas correntes ora em percurso (Bacen).

No primeiro trimestre de 2016, a Formação Bruta de Capital encerrou com contração de 17,5%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o maior declínio entre os componentes de demanda. Entretanto, no acumulado em 12 meses, constatou-se um decréscimo de 15,9% em relação a igual período anterior. A retração da Formação Bruta de Capital no primeiro trimestre resultou, sobretudo, das reduzidas importações de bens de capital desestimulada pela depreciação cambial. Em março de 2016, a redução das importações de bens de capital foi de 26,8% segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2016).

No âmbito do mercado externo, constatou-se crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2016 (13%) comparado a igual período do ano anterior, segundo o IBGE. Quanto às importações, a retração foi de -21,7% em relação ao mesmo intervalo de 2015, seguindo com a sexta queda consecutiva.

Dados do MDIC confirmam a perda da competitividade importadora do País em função, em parte, do processo de desvalorização da moeda nacional, quando as importações recuaram 33,4% no mesmo período analisado. Decresceram as importações de combustíveis e lubrificantes (queda nos preços de gás natural, carvão, petróleo em bruto e óleos combustíveis), bens de consumo, bens intermediários (decreceram as aquisições de insumos industriais básicos, insumos industriais elaborados, peças e acessórios para bens de capital e peças para equipamentos de transporte) e bens de capital (decreceram as compras para equipamentos de transporte industrial e bens de capital). A queda dos principais itens de importações está vinculada, principalmente, ao comportamento dos preços internacionais.

Tabela 3 – Ótica da demanda – Taxas de crescimento do PIB acumulado em quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores

Componentes do PIB	2015.I	2015.II	2015.III	2015.IV	2016.I
Consumo das famílias	-1,5	-3,0	-4,5	-6,8	-6,3
Consumo do governo	-0,5	-0,3	-0,4	-2,9	-1,4
Formação bruta de capital fixo	-10,1	-12,9	-15,0	-18,5	-17,5
Exportação de bens e serviços	3,3	7,7	1,1	12,6	13,0
Importação de bens e serviços (-)	-5,0	-11,5	-20,0	-20,1	-21,7
PIB a preço de mercado	-2,0	-3,0	-4,5	-5,9	-5,4

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Nordeste

O índice de atividade econômica do Banco Central para a Região Nordeste (IBCR-NE)² registrou variação negativa de 4,7% quando se compara o primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período do ano anterior. Como mostra o Gráfico 2, apresenta-se na quinta queda consecutiva desde 2008.

No acumulado em 12 meses³, o IBCR-NE encerrou o primeiro trimestre de 2016 com decréscimo de 3,5%, enquanto que para a economia brasileira, o IBC-BR registrou variação negativa de 5,3% no mesmo período. A região começou a apresentar arrefecimento na economia a partir do terceiro trimestre de 2015, enquanto que a economia nacional passou a declinar no quarto trimestre de 2014. Diante desse descompasso da reprodução da crise no contexto nacional e regional, pode-se considerar a continuidade da deterioração dos indicadores macroeconômicos para a região, porém, com mais intensidade que em nível nacional.

A perda do dinamismo da economia nordestina se deve, em grande medida, à desaceleração dos fatores que vinham impulsionando o crescimento na região. Dentre as causas que contribuíram para esse resultado estão o impacto do ajuste fiscal sobre os repasses aos estados, o fraco desempenho dos comércios ampliado e varejista, a baixa atividade industrial. Referido quadro tem intensificado o processo de deterioração do mercado de trabalho na região.

Nesse sentido, verificam-se recuos nas vendas do comércio e serviços para todos os estados⁴ no acumulado do ano (até abril de 2016), com exceção de Alagoas.

Para a agricultura, a safra de grãos do Nordeste deverá marcar 15,8 milhões de toneladas em 2016, redução em 4,7% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola-LSPA em abril, do IBGE, 2016. A quebra de safra regional reflete, em especial, as baixas estimativas para as safras no Maranhão (-28,5%), a Bahia (-10,0%) e Piauí (4,6%), maiores produtores.

Quanto à desenvoltura do setor industrial, a produção regional recuou 4% no indicador acumulado para o período janeiro-abril de 2016, frente a igual período do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Física Mensal⁵ do IBGE. Os sinais de menor dinamismo ficaram mais evidentes para Pernambuco (-22,1%) e Ceará (-6,7%). Bahia registrou crescimento de 2,4% no acumulado do ano (até abril de 2016), comparado com período do ano anterior.

Diante desse quadro de arrefecimento da economia regional no primeiro trimestre de 2016, a deterioração do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos setores mais dinâmicos. No agregado, indústria e serviços registram saldos negativos em 94.544 e 51.458 postos de trabalho de janeiro a março de 2016, respectivamente. Apresentando saldos negativos na geração de empregos, a indústria de transformação (-69.116), comércio (-38.622) e construção civil (-21.586) foram os setores mais afetados devido ao baixo nível de atividade econômica regional. Por conseguinte, para as regiões metropolitanas do Nordeste, Salvador (18,4%) apresentou a maior taxa de desocupação⁶, acompanhada por Recife (13,4%) e Fortaleza (11,5%). Deve-se salientar que esta configuração mostra tendência de aumento da taxa de desocupação para os primeiros meses de 2016, típico de início de ano letivo.

² O índice de atividade econômica do Banco Central para a Região Nordeste (IBCR-NE) subsidia no acompanhamento em nível regional, pois procura, com as devidas adaptações, reproduzir antecipadamente o movimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional.

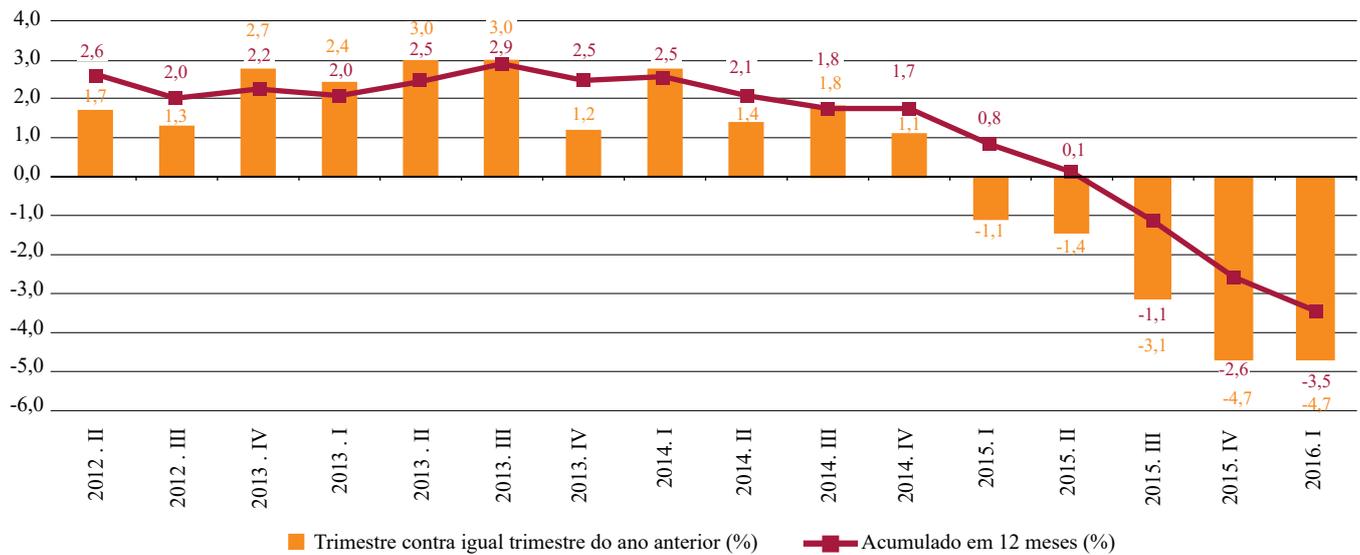
³ Registre-se que as alterações de 12 meses são mais estáveis comparadas às variações mensais devido aos ajustes constantes do indicador.

⁴ Redução na variação de volume de vendas no comércio varejista e ampliado no acumulado do ano segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), mês de abril de 2016 (IBGE).

⁵ De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional (PIM), mês de abril de 2016 (IBGE).

⁶ Pesquisa Mensal do Emprego (PME), IBGE 2016.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de crescimento do IBC-NE: trimestral em relação ao mesmo período anterior e acumulado em doze meses contra igual período imediatamente anterior



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do BACEN (2016).

Para o acompanhamento da atividade em nível regional, tem-se o PIB trimestral das três maiores economias da Região Nordeste, representado pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará que, segundo as contas regionais 2012, representaram mais de 63,4% do PIB do Nordeste. O cálculo do PIB trimestral desses estados é realizado pelos Institutos de Planejamento estaduais, como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas⁷. Assim, de acordo com o cálculo do PIB, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia baiana registrou retração de 3,7% no primeiro trimestre de 2016, comparado ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 3). Nessa mesma base de comparação, agropecuária, indústria e serviços também obtiveram alterações negativas no primeiro trimestre do ano, 6,5%, 5,2% e 2,8%, respectivamente.

Segundo informações da SEI, a retração observada na agropecuária baiana no primeiro trimestre de 2016 foi em função, em grande medida, dos efeitos da seca sobre algumas culturas, onde as estiagens e altas tem-

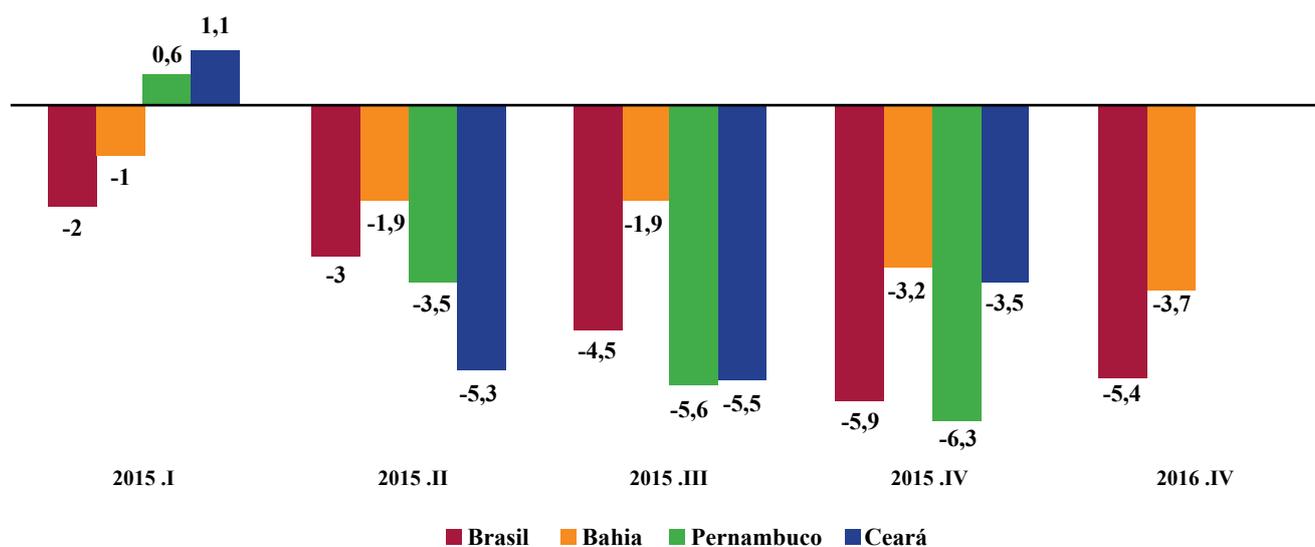
peraturas prejudicaram principalmente as lavouras de primeira safra. Dessa forma, os efeitos negativos foram nas lavouras de feijão (-25,1%), soja (-4,4) e algodão (-0,7%), fechando grãos em -3,3%. A produção física com variação positiva ficou para mandioca (+13,0%), café (+2,9%) e cacau (+0,4%).

Quanto à indústria baiana, o modesto dinamismo do setor é reflexo da queda de produção e distribuição de eletricidade e gás (-7,5%), extrativa mineral (-7,1%), construção civil (-6,7) e indústria de transformação (2,8%). Somente a construção civil fechou com saldo negativo de 1.096 postos de trabalho, variação negativa de 0,75% comparado ao mesmo trimestre de 2015.

O setor de serviços na Bahia reflete essa conjuntura de desemprego e perda da renda real, e, por conseguinte, redução do consumo. O comércio registrou -8,9%, enquanto transportes -10,7%, seguido pela administração pública com variação negativa em 2,6%. O saldo negativo de postos de trabalho somente no comércio foi de 6.635, variação de -1,5% comparado igual período do ano anterior.

⁷ A mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviço), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais.

Gráfico 4 – Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral da Bahia, Pernambuco e Ceará – 2015.I a 2016.I*



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE; SEI; Condepe/Fidem; Ipece.

(*) A Condepe/Fidem e o Ipece ainda não divulgaram o PIB do 1º trimestre de Pernambuco e Ceará, respectivamente.

Referências

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas nacionais trimestrais**. Jan/mar. 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201601caderno.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Balança

comercial tem melhor saldo para o mês de março da série histórica: US\$ 4,435 bilhões. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/893-balanca-comercial-tem-melhor-saldo-para-o-mes-de-marco-da-serie-historica-us-4-435-bilhoes>. Acesso em: 02 jun. 2016.

EI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB trimestral: 1º trimestre de 2016. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib_est_trimes_1_16.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

2.2. Produção Agropecuária

As exportações de carne bovina (*in natura* mais industrializada) totalizaram 325,7 mil toneladas e R\$ 4,4 milhões de receita, no primeiro trimestre de 2016, aumento de 16,6% em volume e de 49% em receita, em relação ao mesmo período de 2015. O mês de março foi o melhor em termos de volume (120,4 mil toneladas de carne exportada), enquanto fevereiro foi recorde, no primeiro trimestre, de receita apurada (R\$ 1,6 milhão), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Os novos mercados abertos garantem a alta das exportações, diminuindo a oferta interna, influenciando nos preços (CEPEA, 2016a).

Os preços do boi gordo continuam em alta no primeiro trimestre de 2016: o indicador Cepea/Esalq⁸ da arroba, em janeiro, subiu 2,1%, fechando em R\$ 152,21/@, pela baixa oferta de animais (CEPEA, 2016b). Em fevereiro, novo aumento de 2,4% e o indicador finalizou em R\$ 155,94/@; o câmbio elevado favoreceu a exportação e enxugou mais ainda a oferta doméstica (CEPEA, 2016c). Em março, o indicador subiu 1,3%, para R\$ 157,98/@ (recorde em termos nominais da série iniciada em 1994), mesmo com os frigoríficos tentando ofertar preços menores na compra do boi gordo, para forçar a baixa nas cotações (CEPEA, 2016d). No trimestre, a variação do indicador foi de 5,9%. A previsão de fechamento para dezembro de 2016 é de R\$ 164,77/@, ou de alta de 4,3% em relação ao fechamento do mês de março (BM&FBOVESPA, 2016).

Os preços do leite pagos ao produtor firmaram-se em janeiro, após quatro meses de queda, subindo 0,7% em relação a dezembro, para R\$ 1,0615/l (CEPEA, 2016e). A captação foi prejudicada pelas condições climáticas adversas nas principais regiões produtoras, condicionando a alta também em fevereiro, de 3,3% em relação a janeiro, para R\$ 1,0967/l. Outro fator que elevou os preços foi o aumento da suplementação concentrada, que levou muitos produtores a adiantar a secagem das vacas como forma de reduzir custos (CEPEA, 2016f). Em março, com o início da entressafra, a captação prosseguiu em queda e o preço médio bruto do leite pago ao produtor subiu 4,41% em relação a fevereiro, para R\$ 1,1451/l. O único estado em que a captação aumentou (10,4%) foi na Bahia, pelo maior volume de chuvas ocorrido em março (CEPEA, 2016g).

O nono levantamento da safra brasileira de grãos para 2015/2016, de autoria da Companhia Nacional

de Abastecimento (Conab), prevê produção de 196,5 milhões de toneladas, redução de 5,4% (ou 5,2 milhões de toneladas) sobre a safra de 2014/2015, finalizada em 207,7 milhões de toneladas. Em relação ao levantamento de maio de 2016, houve queda de 5,9 milhões toneladas, em razão da redução de área plantada e, principalmente, considerando-se as adversidades climáticas, como estiagens prolongadas em grandes regiões produtoras e altas temperaturas durante o ciclo das culturas; entre as principais (Tabela 1), a redução foi mais intensa no Nordeste (CONAB, 2016).

O algodão, no Nordeste, tem previsão de redução de área de 15% e de produção de 29,3%, com consequente recuo na produtividade (-16,7%), números influenciados principalmente pela queda na produção baiana (-29,5%). O veranico de fevereiro influenciou negativamente o crescimento vegetativo dos algodoeiros, secando-os em alguns casos, embora não tenham sido registradas pragas e doenças. Para o Maranhão, segundo maior produtor, as previsões são de redução na produção (-3,3%) e área (-2,3%), e, para o Piauí, queda de 70% na produção e de 60% na área, em virtude do clima (CONAB, 2016).

O arroz é a cultura na qual o Nordeste deverá ter redução mais expressiva de produção (-43,8%), acompanhando a tendência de queda na produção nacional (-14,3%). O Maranhão, maior produtor, deverá ter recuo significativo de produção e de área, em torno de 49%, devido aos veranicos, baixa rentabilidade econômica em relação a outras culturas, distribuição atrasada de sementes pelo governo e a oferta de arroz oriundo de outros estados (CONAB, 2016).

O feijão é a única cultura, entre os principais grãos, a ter previsão de crescimento de produção e de área no Nordeste, em percentuais semelhantes aos nacionais, de 2,2%, apesar dos principais produtores, Bahia e Ceará, poderem registrar quedas de produção, de 1,5% e de 8,4%, respectivamente, devido aos riscos climáticos (veranicos ou excesso de chuvas) e ataques de pragas, como em algumas regiões baianas (CONAB, 2016)⁹.

A produção de milho deste ano-safra no Nordeste deverá se reduzir 27,5% em relação ao ano-safra 2014/2015, queda em maior intensidade que a nacional (-10%). A região do Matopiba, com áreas de três estados

⁸ Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior Agrícola Luíz de Queiroz (Esalq), unidade acadêmica da Universidade de São Paulo (USP).

⁹ Cabe ressaltar que, somente para o feijão, os dados são do 8º levantamento, de maio, pois no de junho foram percebidas e encaminhadas para a Conab algumas inconsistências encontradas nos dados dessa cultura.

no Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí, que nesta ordem também são os maiores produtores nordestinos de milho), teve condições climáticas desfavoráveis ao plantio, com veranicos ocorridos, no período de semeadura, nos três estados (CONAB, 2016).

A cultura da soja, no Nordeste, tem previsão de redução significativa na produção (-37,3%), acima da nacional (-0,6%). No Piauí, o cultivo começou em outubro/novembro de 2015, mas foi interrompido em dezembro pela escassez de chuvas. Em janeiro, o plantio

foi retomado e em algumas áreas ocorreram replantios, ocasionando queda na produtividade. No Maranhão, altas temperaturas, além de chuvas irregulares e abaixo da média, prejudicaram a fase de desenvolvimento da cultura. E na Bahia, apesar da expectativa de crescimento de área em 7,3%, a produção deverá cair 23,2%, em decorrência também de veranicos prolongados, confirmando a força do El Niño deste ano, não tendo sido registradas perdas por ataque de pragas e doenças (CONAB, 2016).

Tabela 1 – Comparativo produção de grãos selecionados – Nordeste e Brasil

Produto (mil t)	Nordeste			Brasil		
	2014/2015	2015/2016	Δ%	2014/2015	2015/2016	Δ%
Algodão (caroço)	734,3	519,1	-29,3	2.348,6	2.119,9	-9,7
Arroz	686,3	385,8	-43,8	12.436,1	10.657,4	-14,3
Feijão (1)	709,2	724,9	2,2	3.115,3	3.182,7	2,2
Milho	6.243,1	4.524,9	-27,5	84.672,4	76.223,0	-10,0
Soja	8.084,1	5.072,1	-37,3	96.228,0	95.630,9	-0,6

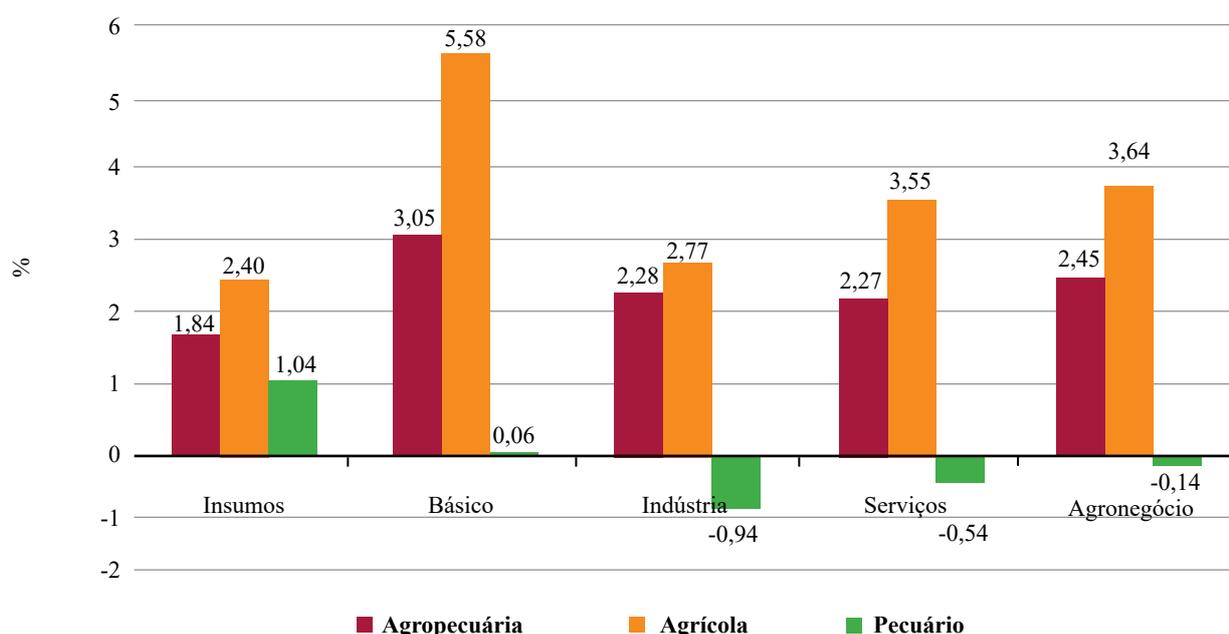
Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados da CONAB (2016).

No primeiro bimestre de 2016 (pois os dados disponíveis vão até fevereiro), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro elevou-se 1,09% em relação a igual período de 2015, segundo levantamento do Cepea, realizado com apoio da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Todos os segmentos (insumos, básico, indústria e serviços) tiveram alta em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, sendo as mais expressivas as da indústria (1,24%) e do segmento básico (1,13%), puxadas,

principalmente, pela variação positiva do ramo agrícola (CEPEA/CNA, 2016), que compensou as reduções nos três setores da pecuária (básico, indústria e serviços).

O fenômeno El Niño mais forte, considerado o segundo maior da história, impactou negativamente a agropecuária no mundo, seja pela escassez ou pelo excesso de chuvas, no primeiro trimestre de 2016. Em março, a previsão climática sazonal para os oceanos indicava a persistência da condição de aquecimento,

Gráfico 1 – Taxas de crescimento do PIB do agronegócio acumuladas em 2016 (jan/fev – 2016/2015)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados da Cepea/CNA (2016).

em praticamente todo o Oceano Pacífico Equatorial, no trimestre de março a maio de 2016, mas com tendência de declínio gradual para a neutralidade em junho-julho de 2016, fato confirmado pelo Centro de Meteorologia Australiano (BOM, sigla em inglês) no final de maio, constatando o fim do fenômeno que resultou em aumento das temperaturas aos maiores níveis em 19 anos, causando tempo mais seco que o normal, prejudicando as culturas de trigo, palma e arroz na Ásia (CPTEC, 2016; UOL, 2016).

No Brasil, e em particular, no Nordeste, os primeiros efeitos se fizeram sentir ainda em 2015, com o atraso nas chuvas que possibilitariam o plantio, na época correta, de culturas importantes, como a soja. Houve quebra de safra de grãos na confluência dos cerrados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba). As perdas estimadas foram de 50% a 55%, no Piauí; Tocantins, de 35% a 40%; Maranhão, de 30% a 35%, e na Bahia, 30%. O oeste baiano sofreu menos o impacto climático porque as áreas têm mais tempo de agricultura, com solos mais estruturados e emprego de alta tecnologia. Os demais têm lavouras relativamente novas, com menor investimento tecnológico. A expectativa dos produtores agora é com a transição do El Niño para o La Niña, fenômeno que pode ocorrer em 2017, da mesma forma que ocorreu após o forte El Niño de 1998 (GAZETA DO POVO, 2016).

Referências

BM&FBOVESPA (2016). **Cotações on line:** boi gordo. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop &Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (2016a). **Agromensal: pecuária:** informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016b). **Agromensal: pecuária:** informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/01_janeiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016c). **Agromensal: pecuária:** informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/02_fevereiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016d). **Agromensal: pecuária:** informações de mercado. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/03_marco/Pecuaria.htm>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016e). **Cepea/leite:** Com menor oferta, preço se firma após cair por quatro meses. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016f). **Cepea/leite:** Captação tem maior queda dos últimos dez meses. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016g). **Cepea/leite:** Oferta segue limitada e preço ao produtor sobre quase 5 centavos/litro. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. (2016g). **Cepea/leite:** Oferta segue limitada e preço ao produtor sobre quase 5 centavos/litro. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CEPEA/CNA (2016). **PIB AGRO/CEPEA:** Agronegócio acumula alta no primeiro bimestre do ano. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_fev16.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CPTEC. CENTRO DE PREVISÃO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (2016). **Fenômeno já sinaliza seu enfraquecimento no Pacífico equatorial.** Disponível em: <<http://enos.cptec.inpe.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

COMERC (2016). **Prognóstico climático 2016-2017 – Fim do El Niño e perspectivas.** Disponível em: <<http://www.panoramacomerc.com.br/?p=4675>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2016). **Acompanhamento da safra brasileira:** grãos, safra 2015/2016, nono levantamento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_09_16_49_15_boletim_graos_junho_2016_-_final.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

EL NIÑO mais forte em quase 20 anos termina, diz centro de meteorologia australiano. UOL (2016). Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/05/24/el-nino-mais-forte-em-quase-20-anos-termina-diz-centro-de-meteorologia-australiano.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

NOVA fronteira agrícola tem quebra de até 40% na produção de grãos. **Gazeta do Povo** (2016). Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/expedicoes/expedicao-safra/2015-2016/nova-fronteira-agricola-tem-quebra-de-ate-40-na-producao-de-graos-2e-zf0d7lkkpg1mxt7bl2ne6v8>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

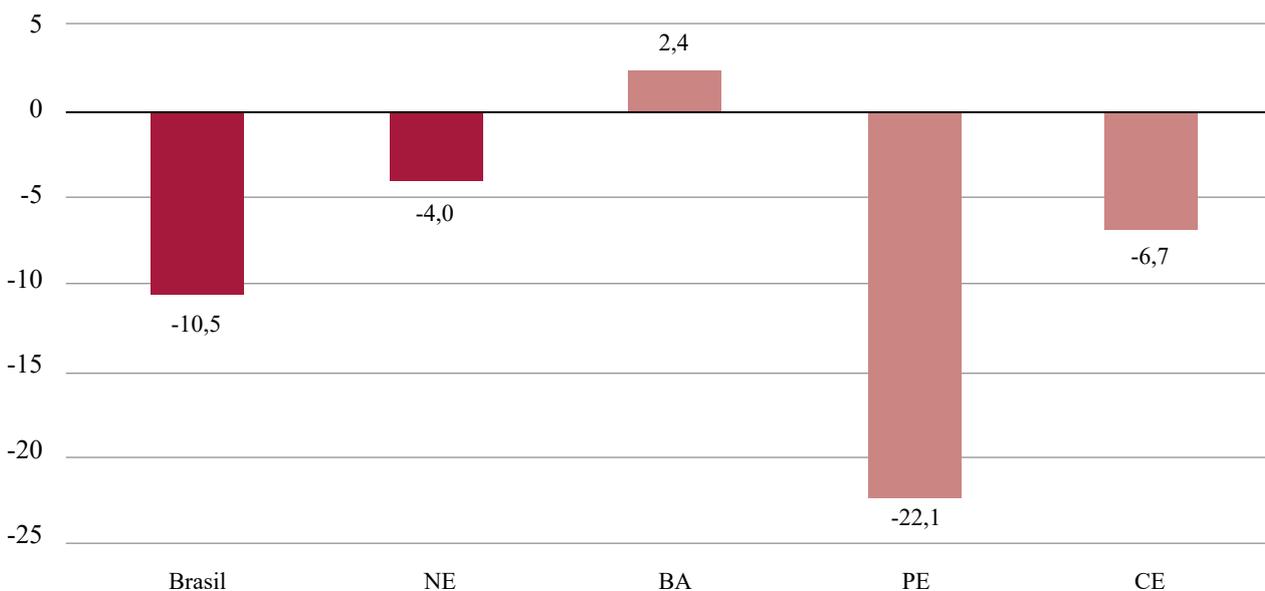
2.3. Produção Industrial

A atividade industrial brasileira, produção física, recuou 10,5% no primeiro quadrimestre de 2016, contra igual período do ano anterior. Esta foi a sétima queda consecutiva, nesta base de comparação, porém com redução do ritmo advindo do último quadrimestre de 2015 (-11,5%).

Os dados divulgados pelo IBGE (2016b) apontam para um perfil disseminado de contração da atividade industrial, na medida em que as quatro grandes categorias econômicas, 22 dos 26 ramos, 65 dos 79 grupos

e 76% dos 805 produtos pesquisados apontaram queda na produção neste primeiro quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2015. Tal retração alcançou 12 dos 15 locais pesquisados, 4 deles recuando com intensidade superior à média nacional (-10,5%): Espírito Santo (-22,3%), Pernambuco (-22,1%), Amazonas (-21,7%), São Paulo (-11,0%). Com desempenho mais ameno que a média nacional, a Região Nordeste apresentou queda na produção industrial de 4%, favorecida pelo estado da Bahia que registrou crescimento de 2,4%, enquanto a indústria cearense decresceu 6,7% (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção física industrial - Brasil e Resultados Regionais Índice Acumulado no ano (%) - Abril/2016 (Base: igual período do ano anterior)



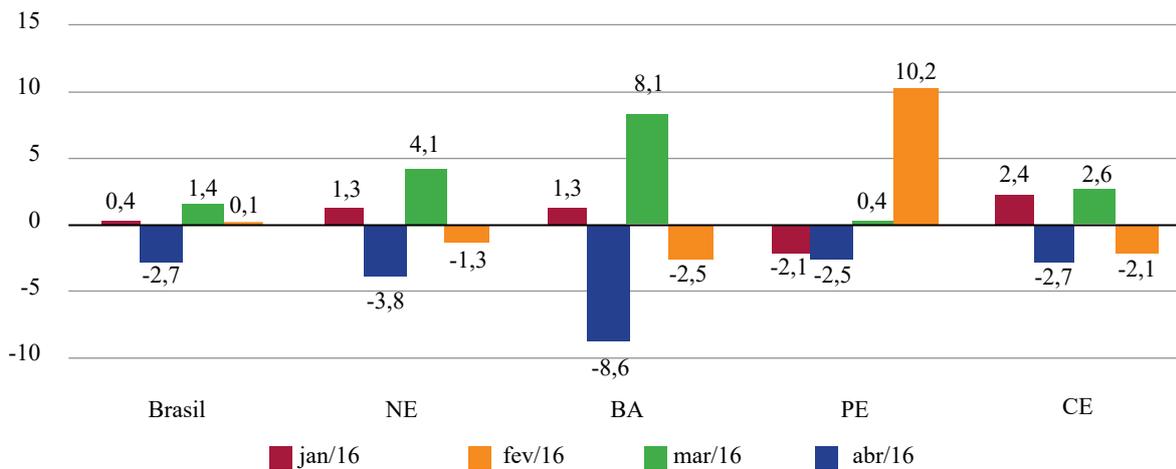
Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016a e 2016b).

Contudo, confrontando os dados mensais com base no mês imediatamente anterior, série com ajuste sazonal, observa-se um quadro de ritmo mais positivo no país, expresso no avanço da produção em quase todos os quatro meses de 2016, com exceção de fevereiro (-2,7%): 0,1% em abril, 1,4% em março e 0,4% em janeiro, conforme o IBGE (2016b). Complementa o quadro mais otimista, ainda na comparação ajustada mês/mês anterior, o aumento na produção de bens de capital que, dentre as grandes categorias industriais, mostrou a elevação mais acentuada em abril (1,2%), e a quarta taxa consecutiva,

acumulando ganho de 7,7%. Além deste e, de forma complementar, os bens intermediários também ampliaram a produção nesse mês (0,5%).

O Gráfico 2 mostra que, em abril, a Região Nordeste (-1,3%), assim como os estados da Bahia (-2,5%) e Ceará (-2,1%) não foram capazes de acompanhar o desempenho nacional e recuaram em relação ao mês anterior (série com ajuste sazonal). Por outro lado, a indústria pernambucana apresentou reação pelo segundo mês consecutivo, crescendo 10,2% em abril.

Gráfico 2 – Produção física industrial - Brasil e Resultados Regionais Índice Mês/Mês Imediatamente Anterior (%) - Série com Ajuste Sazonal



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016a; 2016b).

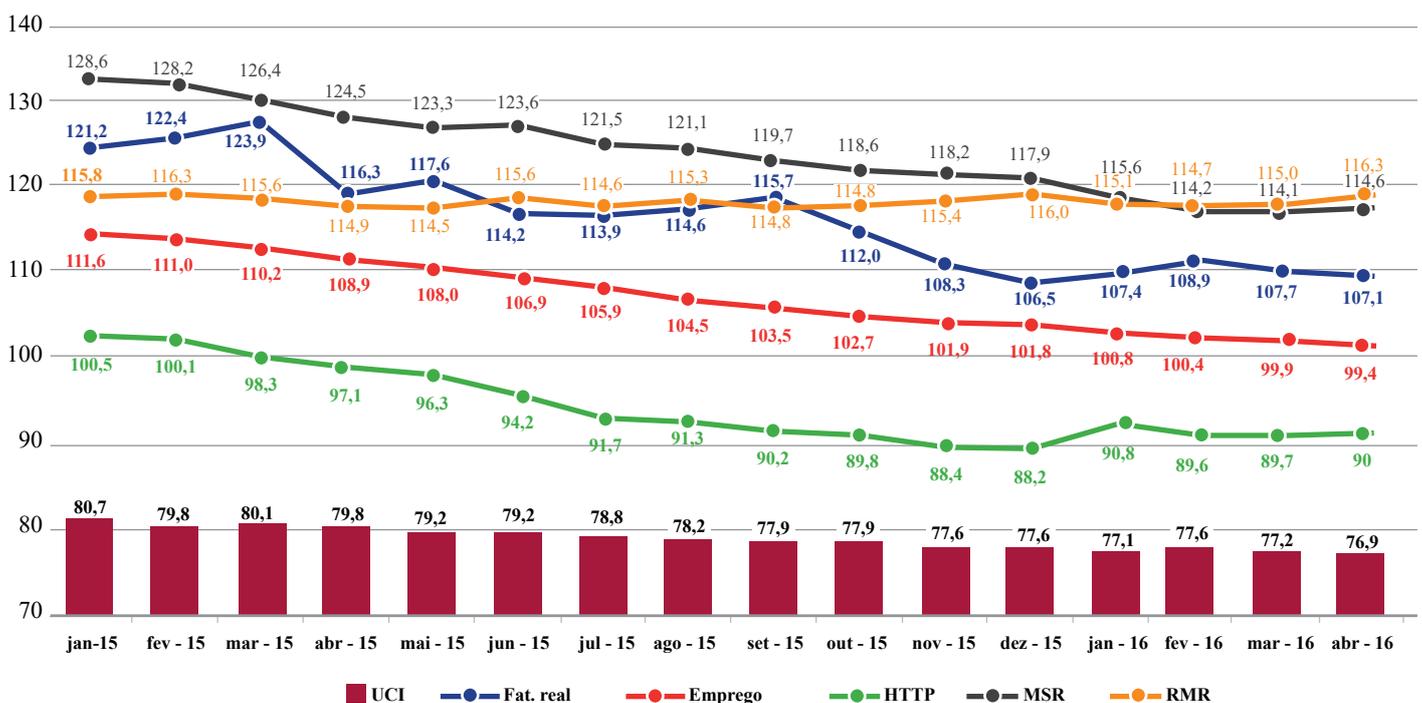
Dados da CNI (2016) apontam para alguns indicadores mais favoráveis à indústria nos meses mais recentes. Por exemplo, melhorou o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) referente a maio de 2016 (41,3). Este índice é 4,5 pontos superior ao do mês anterior e representa a maior pontuação em 16 meses.

Nesta mesma direção, o Gráfico 3 mostra que na indústria de transformação, pelo menos desde fevereiro deste ano, tem havido recuperação no rendimento médio do trabalhador e nas horas trabalhadas na produção e

crescimento, em abril, na massa salarial, todos em comparação com o mês anterior (série com ajuste sazonal). Estes resultados constituem-se em uma possível reversão da crise que assola a atividade industrial do país.

Por outro lado, desde fevereiro de 2016, vem diminuindo o faturamento real e a utilização da capacidade instalada, cuja ociosidade é a maior desde 2002, enquanto o emprego registrou a décima quinta queda mensal consecutiva (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Brasil: Evolução mensal de indicadores conjunturais da Indústria de Transformação - Jan/2015 a Abr/2016 (Índice Base Fixa: média 2006 = 100 – série dessazonalizada)



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados da CNI (2016).

Nota: UCI = Utilização da capacidade instalada; Fat. real = faturamento real; HTP = Horas trabalhadas na produção; MSR = Massa salarial real; RMR = Rendimento médio real.

Setorialmente, conforme mencionado, as quatro grandes categorias industriais brasileiras se retraíram no quadrimestre, em comparação a igual período do ano anterior. O menor dinamismo foi registrado para bens de consumo duráveis (-26,5%) e bens de capital (-25,9%), pressionados especialmente pela redução na fabricação de automóveis (-25,4%) e eletrodomésticos (-31,7%), na primeira, e de bens de capital para equipamentos de transporte (-25,9%), na segunda. O segmento de bens intermediários (-9,6%) apresentou recuo abaixo do observado na média nacional (-10,5%) e o de bens de consumo semi e não duráveis (-2,8%) teve a redução mais moderada.

A Tabela 1 mostra que 22 dos 26 ramos da indústria brasileira recuaram nos quatro primeiros meses de 2016, em comparação com igual período do ano anterior. As quatro atividades que ampliaram a produção foram produtos alimentícios (2,2%), celulose, papel e produtos de papel (2,6%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (2,7%) e produtos do fumo (12,6%).

Para a Região Nordeste, 3 das 15 atividades pesquisadas tiveram desempenho positivo no primeiro quadrimestre: coque, produtos derivados do petróleo e

biocombustíveis (28,4%); celulose, papel e produtos de papel (7,3%) e metalurgia (6,4%). Todos influenciados pela indústria baiana, cujo desempenho foi, respectivamente, 26,8%, 2,5% e 25,3%. A Bahia também se destacou na produção de bebidas (12,1%). O Ceará também contribuiu para o aumento da produção de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (13,4%), além de ter avançado na fabricação de produtos químicos (14%). Pernambuco, dentre as 12 atividades pesquisadas, apresentou crescimento apenas na fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (4,3%).

Os principais impactos negativos na Região Nordeste foram observados nos produtos alimentícios (-24,2%), influenciado por Pernambuco (-36,9%); confecção de artigos do vestuário e acessórios (-18,7%); produtos de minerais não metálicos (-17,4%) e produtos têxteis (-15,8%). Destacaram-se negativamente, também em Pernambuco, outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-53,7%); no Ceará, produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-23,7%), e na Bahia, fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-31,6%).

Tabela 1 – Produção física por atividades industriais, acumulada no ano - Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco, Bahia - Abril/2016 (%) - Base: igual período do ano anterior

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Brasil	Nordeste	Ceará	Pernambuco	Bahia
Indústria geral	-10,5	-4	-6,7	-22,1	2,4
Indústrias extrativas	-15	-7,4	-	-	-19,7
Indústrias de transformação	-9,8	-3,7	-6,7	-22,1	3,9
Fabricação de produtos alimentícios	2,2	-24,2	-6,1	-36,9	-0,1
Fabricação de bebidas	-3,4	-6,3	-10,3	-14	12,1
Fabricação de produtos do fumo	12,6	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	-14,6	-15,8	-3,2	-17,5	-
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-12,2	-18,7	-10,4	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-6	-6,1	-8,7	-	-0,9
Fabricação de produtos de madeira	-1,5	-	-	-	-
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,6	7,3	-	-1,9	2,5
Impressão e reprodução de gravações	-15,9	-	-	-	-
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-1,5	28,4	13,4	-	26,8
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	-3,2	-	-	-5,9	-
Fabricação de outros produtos químicos	-3,9	-2,1	14	-9	1,3
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2,7	-	-	-	-
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-14,5	-9,2	-	-16,9	-6,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-12,6	-17,4	-12,6	-18,2	-17
Metalurgia	-14,2	6,4	-14,9	-5,8	25,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-16,6	-8,2	-23,7	4,3	-
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-32,6	-	-	-	-2,8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-17,4	-12,6	-0,6	-4,4	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	-20,9	-	-	-	-
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-26,1	-3,2	-	-	-31,6

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Brasil	Nordeste	Ceará	Pernambuco	Bahia
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-24,1	-	-	-53,7	-
Fabricação de móveis	-15,6	-	-	-	-
Fabricação de produtos diversos	-13,9	-	-	-	-
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-9,5	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016c).

Os resultados acumulados para os primeiros quatro meses do ano mostram que as indústrias brasileira e nordestina mantêm trajetória de contração, contudo, em ritmo desacelerado. Conforme o IEDI (2016), a reincidência de elevações da produção neste início de ano, ao menos na margem, sinaliza para uma fase menos aguda da crise, garantida pela atividade extrativa, que, na passagem de março para abril, voltou a contribuir positivamente (1,3%) e pela indústria da transformação, que cresceu 0,2% puxada pelas exportações, uma vez que a demanda doméstica continua deprimida.

A identificação de dados recentes mais positivos, tais como aumento da produção, melhoria da confiança do empresário, rendimento médio do trabalhador, horas trabalhadas na produção e massa salarial, sinaliza para uma perspectiva de reação mais sustentada da atividade industrial, com destaque para o aumento da produção de bens de capital e bens intermediários, cujo caráter, próprio desses setores, consiste em atender ao aumento da produção dos diversos segmentos produtivos. Contudo, conforme o Valor (2016), para que isso ocorra, é importante que a taxa de câmbio permaneça em nível mais competitivo, considerando-se que o aumento das exportações explica em parte a recuperação da indústria e incentiva a substituição de produtos importados, apesar da retração do mercado interno. Espera-se também o ciclo de redução dos juros, dentre outros, de forma que possam ser estimulados o investimento e o consumo no país.

Referências

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2016). **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/>. <http://arquivos/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). **Pesquisa industrial mensal produção física - regional**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/regional/default.shtm>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. (2016b). **Pesquisa industrial mensal produção física - Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/br/default.shtm>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. (2016c). **Pesquisa industrial mensal produção física - regional**. Tabela 3653 - Produção Física Industrial, segundo as seções e atividades industriais. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=12&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=1&u12=3&u13=1&u14=26674&u15=1&u16=1&u17=1>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

IEDI. INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2016). **Análise IEDI** — Indústria Regional – Resultados setoriais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20160608_industria_regional.html>. Acesso em: 13 jun. 2016.

RECUPERAÇÃO econômica pode vir a reboque da indústria. **Valor Econômico** (2016). Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/4592867/recuperacao-economica-pode-uir-reboque-da-industria>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

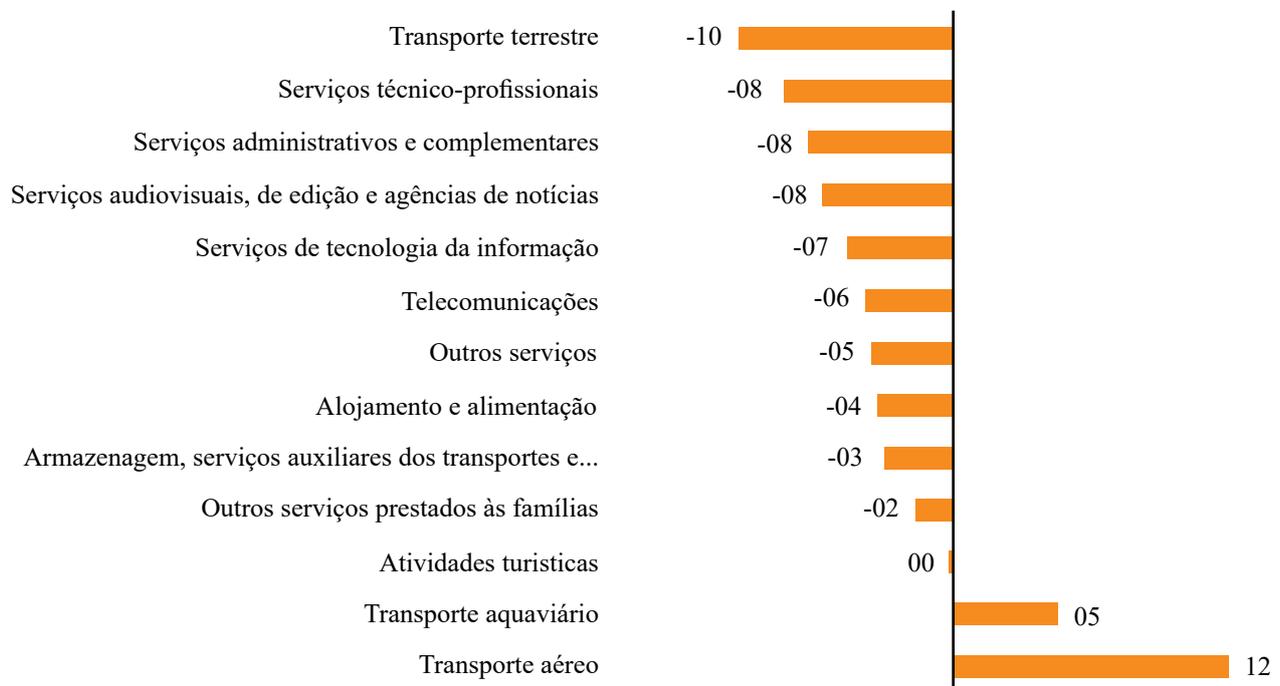
2.4. Comércio e Serviços

Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016a), o volume de serviços no Brasil apresentou redução de 5% no primeiro trimestre de 2016, em comparação com o mesmo período de 2015. Dentre as atividades, as maiores reduções ocorreram em transporte terrestre (-9,7%), serviços técnico-profissionais (-7,7%) e serviços administrativos e complementares (-6,5%). Por outro lado, transporte aéreo (19,3%), e transporte

aquaviário (4,7%) registraram incremento no período citado (Gráfico 1).

É importante ressaltar que a série divulgada pelo IBGE não pesquisa serviços financeiros, de educação e de saúde. Ainda assim, os subsetores analisados respondem por mais de um terço do valor adicionado bruto gerado pela economia brasileira e por mais de um terço do pessoal ocupado no país.

Gráfico 1 – Volume de serviços acumulado no primeiro trimestre de 2016 – variação % em relação ao mesmo período do ano anterior por atividade

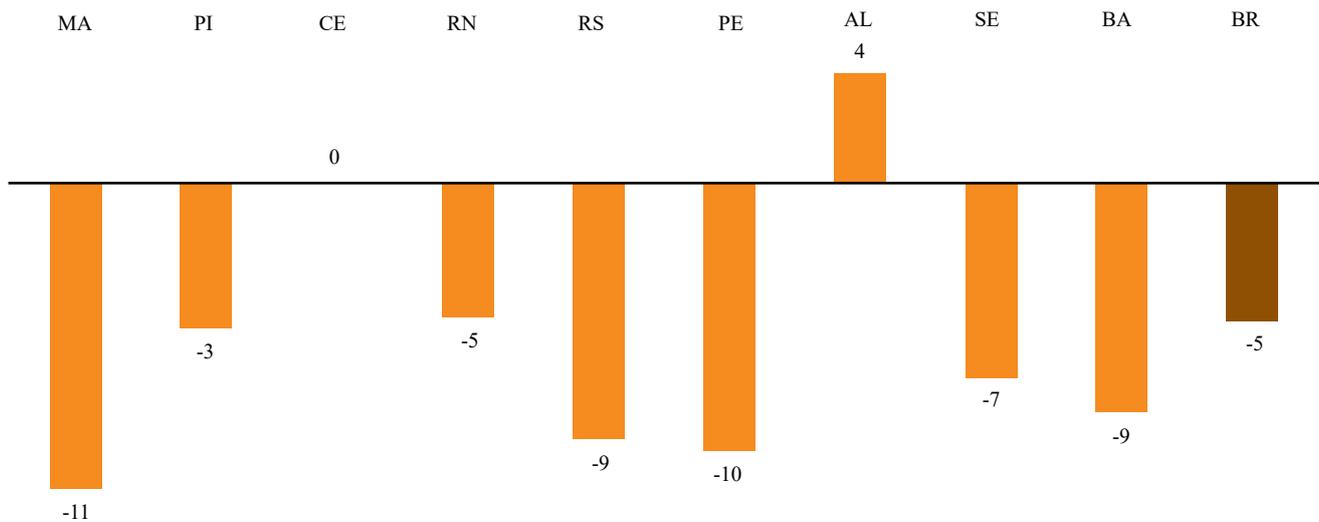


Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016a).

Em termos de desempenho estadual, seis unidades federativas registraram avanço em volume de serviço no primeiro trimestre de 2016: Rondônia (8%), Roraima (9,4%), Tocantins (1,7%), Alagoas (3,9%), Mato Grosso (6,6%) e Distrito Federal (8,3%). Especificamente nos estados do Nordeste, com exceção de Alagoas, que re-

gistou desempenho positivo nesse indicador, e do Ceará, que não mostrou avanço nem decréscimo, os demais estados tiveram queda no volume de serviço no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2015, tendo sido mais expressivos os resultados negativos do Maranhão (-11%) e de Pernambuco (-9,6%), conforme apresenta o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Volume de serviços acumulado no primeiro trimestre de 2016 - variação % em relação ao mesmo período do ano anterior - estados do Nordeste e Brasil

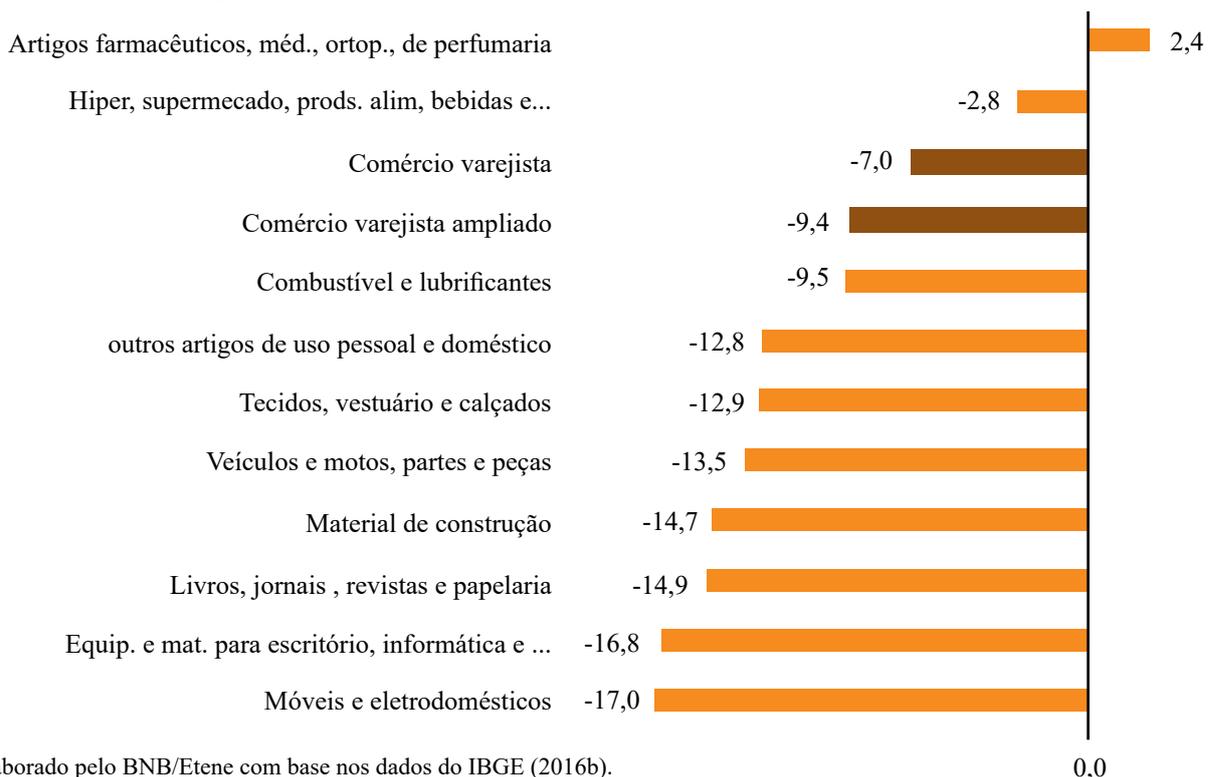


Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016a).

Por sua vez, o volume de vendas do comércio varejista, de janeiro a março de 2016, apresentou redução de 7% na comparação com mesmo período de 2015. O comércio varejista ampliado, que inclui a venda de material de construção e veículos, motos e peças, registrou redução ainda maior, de 9,4%, no mesmo período de comparação. Os maiores recuos foram observados nas atividades de comercialização de móveis e eletrodomésticos (-17%), comércio de equipamentos e material para

escritório, informática e comunicação (-16,8%) e na venda de livros, jornais, revistas e papelaria (-14,9%). A única atividade que apresentou desempenho positivo no período foi o comércio de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, que constituem produtos de caráter de uso essencial, obtendo crescimento de 2,4% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. O Gráfico 3 apresenta os resultados das atividades do comércio.

Gráfico 3 – Volume de vendas do comércio no primeiro trimestre de 2016 - variação % por atividade e setor em relação ao mesmo período de 2015

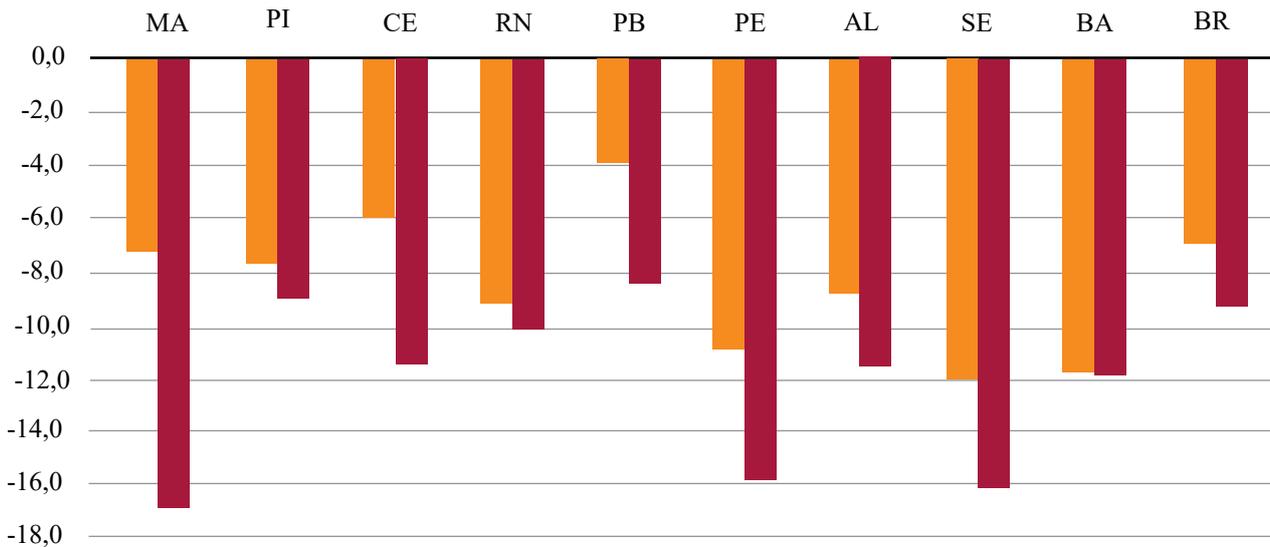


Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016b).

Assim como ocorreu no cenário nacional, o comércio varejista dos estados nordestinos registrou trajetória de queda no primeiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo a maioria dos estados apresentado resultados inferiores em comparação com a média nacional (-7%), com exceção do Ceará (-6,1%) e

da Paraíba (-4%). No que se refere ao comércio varejista ampliado, o desempenho da maioria dos estados do Nordeste também foi inferior à média nacional no período considerado, com exceção do Piauí e Paraíba, conforme pode ser visualizado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Volume de vendas do comércio no primeiro trimestre de 2016 - variação % em relação ao mesmo período de 2015 - Estados do Nordeste e Brasil



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016b).

Para a avaliação de perspectivas, é importante que sejam utilizados indicadores antecedentes relacionados às atividades de comércio e serviços. Nesse sentido, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) realiza pesquisas que geram indicadores antecedentes relevantes para essas atividades: o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), o Índice de Expectativas do Empresário do Comércio (IEEC), a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) e a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

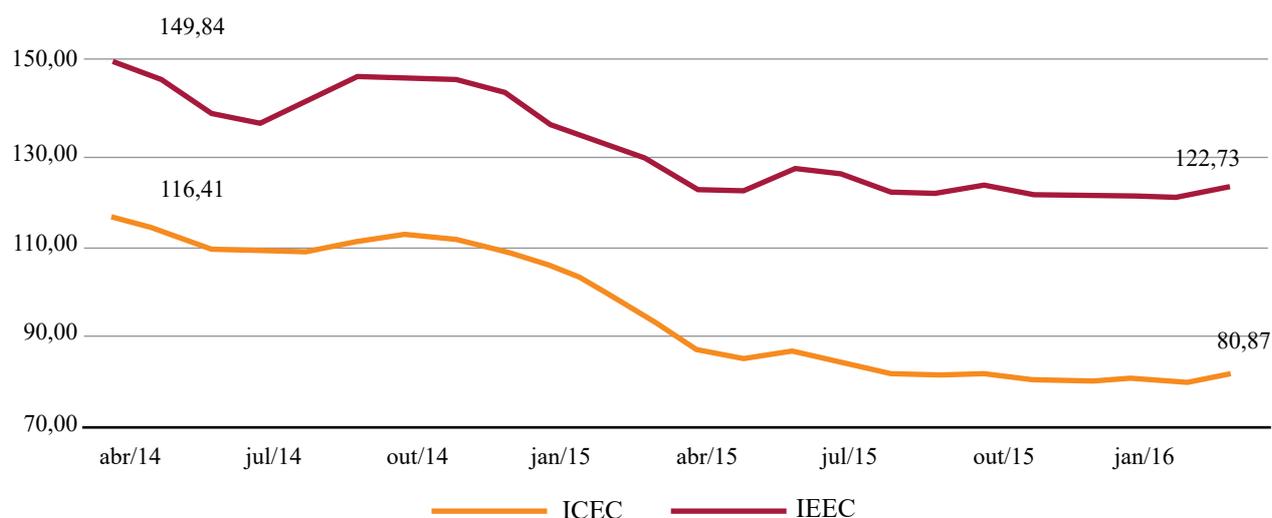
Durante o primeiro trimestre de 2016 o ICEC apresentou uma leve melhora em relação ao último trimestre de 2015, contudo, comparando-se o valor de março/2016 (80,8) com o observado em março/2015 (93,9), percebe-se uma queda de 13,9%. A retração do ICEC continua

a ser influenciada pela percepção negativa quanto às condições correntes, principalmente da economia. O ICEC de março/2016 para o Nordeste registrou queda de 11,6% em comparação a março/2015, tendo alcançado 85,5 pontos (CNC, 2016a).

De acordo com a CNC (2016a), o Índice de Expectativas do Empresário do Comércio (IEEC) alcançou 122,7 pontos em março/2016, acima do nível de indiferença (100 pontos). Na comparação anual, as expectativas dos varejistas acumulam queda de 4,8%: as perspectivas estão piores neste mês de março do que estavam em março de 2015, tanto para a economia (-1,7%) quanto para o setor (-5,4%) e para o próprio negócio (-6,4%).

O Gráfico 5 apresenta a evolução do ICEC e do IEEC nos últimos dois anos.

Gráfico 5 – Desempenho recente do ICEC e do IIEC: abril/2014 a março/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados da CNC (2016a).

De acordo com CNC (2016b), a intenção de consumo das famílias, representada pelo ICF, registrou queda de 29,9% em relação a março de 2015, atingindo 77,5 pontos, o que implica uma percepção de insatisfação com a situação atual. O ICF para o Nordeste, por sua vez, registrou queda de 29,6% em relação a março de 2015, tendo o índice se reduzido para 89,1 pontos, refletindo um nível de insatisfação na região menor do que o nível nacional.

Por fim, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) relativa a março/2016, revela que ocorreu um aumento em todos os indicadores relativos ao endividamento das famílias, em relação a março/2015, conforme mostra a Tabela 1. Já em relação a fevereiro/2016, houve uma pequena melhoria no total de famílias endividadas.

Tabela 1 – Percentual de famílias com dívidas

Mês/Ano	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Março/2015	59,6%	17,9%	6,2%
Fevereiro/2016	60,8%	23,3%	8,6%
Março/2016	60,3%	23,5%	8,3%

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados da CNC (2016c).

Os indicadores dos serviços e do comércio ao longo do primeiro trimestre de 2016, assim como ocorreu em 2015, têm sido compatíveis com a atual situação de retração enfrentada pela economia brasileira, tanto em nível nacional, como em nível regional. No curto prazo, a tendência é de manutenção dessa situação desfavorável, com perspectiva de mudanças a partir de 2017. Para tal, é fundamental que haja a retomada do nível de confiança de empresários e consumidores, a partir da recuperação da economia, com reflexos na melhoria do nível de emprego e renda da população, o que poderá permitir a retomada do crescimento do consumo de bens e serviços por parte da maioria da população brasileira.

Referências

- CNC. Confederação Nacional do Comércio (2016a). **Pesquisa nacional do índice de confiança do empresário do comércio**. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_icec_2016_03.pdf>. Acesso em 31 mai. 2016.
- _____. (2016b). **Pesquisa nacional de intenção de consumo das famílias**. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_icf_marco_2016.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2016.

_____. (2016c). **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor**. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_marco_2016.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). **Pesquisa mensal dos serviços**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pms_201603caderno.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2016.

_____. (2016b). **Pesquisa mensal do comércio**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201603caderno.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2016.

3. TURISMO

Conforme a OMT (2016), a movimentação de turistas internacionais deverá crescer aproximadamente 4% em 2016. Por região, a expansão deverá ser mais forte na Ásia e no Pacífico (podendo variar entre 4% e 5%) e nas Américas (entre 4% e 5%), seguida pela Europa (entre 3,5% e 4,5%). As projeções para a África (entre 2% e 5%) e Oriente médio (entre 2% e 5%) são positivas, embora com um maior grau de incerteza e volatilidade.

Especificamente em termos de Brasil, a movimentação operacional nos principais aeroportos do País,

no primeiro trimestre de 2016, totalizou 51 milhões de passageiros embarcados e desembarcados, dos quais 45,5 milhões provenientes de voos domésticos e 5,5 milhões de voos internacionais. No primeiro trimestre de 2015, os aeroportos brasileiros registraram 54,2 milhões de passageiros, dos quais 48,7 milhões procedentes de voos nacionais e 5,5 milhões de voos internacionais. Portanto, ocorreu uma queda de 5,9% na comparação trimestral de 2016 e 2015 (Tabela 1).

Tabela 1 – Movimento de passageiros nos aeroportos – Regiões e Brasil

Região/País	Jan-Mar/2015			Jan-Mar/2016		
	Passageiros domésticos	Passageiros internacionais	Total	Passageiros domésticos	Passageiros internacionais	Total
Norte	1.936.053	72.021	2.008.074	1.791.052	44.806	1.835.858
Nordeste	9.792.008	273.177	10.065.185	9.257.321	265.591	9.522.912
Centro-Oeste	6.613.412	155.957	6.769.369	6.459.084	196.983	6.656.067
Sudeste	24.348.750	4.751.835	29.100.585	22.435.769	4.715.938	27.151.707
Sul	5.979.624	281.956	6.261.580	5.575.596	258.840	5.834.436
Brasil	48.669.847	5.534.946	54.204.793	45.518.822	5.482.158	51.000.980

Fontes: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados da Infraero (2016) e estatísticas dos Aeroportos de Brasília, Confins, Galeão, Guarulhos, Natal e Viracopos.

O Nordeste tem se configurado como a segunda região receptora turística, com 18,7% da movimentação de passageiros do país no primeiro trimestre de 2016. Os aeroportos do Nordeste movimentaram 9,5 milhões de pessoas, das quais 9,3 milhões de voos nacionais e quase 300 mil de voos estrangeiros no primeiro trimestre de 2016. Assim, ocorreu um decréscimo de 5,4% na movimentação de viajantes no Nordeste em comparação com o mesmo período de 2015.

Conforme a Tabela 2, os aeroportos de Salvador (2,2 milhões de passageiros), Recife (1,8 milhão), Fortaleza (1,6 milhão) e Natal (0,7 milhão) registraram os maiores movimentos na Região no primeiro trimestre de 2016, somando, portanto, 6,4 milhões de viajantes. As demais capitais do Nordeste registraram 1,8 milhão de passageiros. Dessa forma, os aeroportos das capitais do Nordeste concentraram 85,9% dos passageiros da região no primeiro trimestre de 2016 (Tabela 2).

Tabela 2 – Movimento de passageiros nos aeroportos das capitais do Nordeste – Primeiro trimestre de 2016

Capital	Passageiros Domésticos	Passageiros Internacional	Total
Salvador	2.089.072	88.135	2.177.207
Recife	1.707.474	67.919	1.775.393
Fortaleza	1.508.489	53.828	1.562.317
Natal	645.305	25.920	671.225
Maceió	565.665	93	565.758
São Luiz	432.221	-	432.221
João Pessoa	364.991	-	364.991
Aracaju	341.381	-	341.381
Teresina	291.458	-	292.458
Total	7.947.056	235.895	8.128.951

Fontes: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados da Infraero (2016) e estatísticas do Aeroporto de Natal.

Ainda de acordo com Infraero (2016), aproximadamente 624 mil voos foram registrados nos principais aeroportos do país no primeiro trimestre de 2016, sendo 586 mil domésticos e 38 mil internacionais.

No Nordeste, a movimentação de aeronaves alcançou aproximadamente 93 mil voos no primeiro trimestre de 2016, dos quais 91 mil nacionais e quase 2 mil internacionais (Tabela 3).

Tabela 3 – Movimento de aeronaves – Regiões e Brasil

Região/País	Jan-Mar/2015			Jan-Mar/2016		
	Voos domésticos	Voos internacionais	Total	Voos domésticos	Voos internacionais	Total
Norte	55.252	1.935	57.187	45.122	1.912	47.034
Nordeste	98.925	1.874	100.799	91.028	1.944	92.972
Centro-Oeste	79.752	1.417	81.169	75.601	1.626	77.227
Sudeste	327.932	30.371	358,303	301.664	29,136	330.800
Sul	77.962	3.670	81.632	72.930	3.202	76.132
Brasil	639.823	39.267	679.090	586.345	37.820	624.165

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados da Infraero (2016) e estatísticas dos Aeroportos de Brasília, Confins, Galeão, Guarulhos, Natal e Viracopos.

Conforme dados do Bacen (2016), os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil, medidos pela receita da conta viagens do balanço de pagamentos, totalizaram US\$ 1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2016, representando um aumento de 12,8% quando comparado ao valor obtido no primeiro trimestre de 2015 (US\$ 1,6 bilhão).

Por sua vez, as despesas de turistas brasileiros no exterior somaram US\$ 2,9 bilhões no primeiro trimestre de 2016, valor inferior ao registrado em igual período de 2015 (US\$ 5,2 bilhões), significando uma queda de 43,2 %.

Devido à redução expressiva nas despesas de turistas brasileiros no exterior e considerando o incremento das receitas turísticas, o saldo da conta viagens apresentou um menor déficit no primeiro trimestre de 2016 (US\$ 1,1 bilhão) quando comparado ao primeiro trimestre de 2015 (US\$ 3,6 bilhões) (Tabela 4).

Tabela 4 – Receita e despesa cambial turística – US\$ milhões

Mês	2015		2016	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Janeiro	568	2.239	650	840
Fevereiro	521	1.490	599	841
Março	548	1.504	597	1.291
Total	1.637	5.233	1.846	2.972

Fonte: Elaborada pela BNB/Etene com base nos dados do BACEN (2016).

Apesar do arrefecimento da economia, as expectativas do turismo são favoráveis no Brasil nos próximos anos. Contribuem para essas perspectivas a queda do preço dos combustíveis, a desvalorização cambial e a

realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 no país.

As competições anteriormente mencionadas, em conjunto com os eventos internacionais realizados desde 2007, a exemplo dos Jogos Pan-Americanos, a Rio+20, a Copa das Confederações, os Jogos Militares e a Copa do Mundo proporcionaram ampla divulgação do Brasil no exterior, além de gerar benefícios como a criação de empregos diretos e indiretos, o aumento do fluxo de visitantes estrangeiros, a atração de investimento estrangeiro, a revitalização de áreas urbanas e a melhoria na infraestrutura aeroportuária.

A expectativa é que de 300 a 500 mil turistas estrangeiros visitem o Brasil em função dos Jogos Olímpicos, além da participação de 10.500 atletas de 206 países. A tocha olímpica percorrerá o Nordeste, pernoitando em 25 municípios. Salvador será ainda uma das seis cidades-sede da modalidade de futebol. Vale ressaltar que, durante a realização da Copa do Mundo 2014, o Brasil recebeu 1 milhão de visitantes estrangeiros, que gastaram aproximadamente US\$ 1,5 bilhão durante a competição (BRASIL, 2016).

O Governo Federal tem desenvolvido uma série de ações integradas e relacionadas ao setor turístico com foco nos megaeventos. As iniciativas incluem aspectos como a facilitação de viagens, em especial a isenção de vistos para turistas provenientes de importantes mercados emissores. A promoção do setor envolve uma estratégia articulada de gerenciamento da imagem Brasil no mundo em feiras, campanhas e ações de divulgação de diversos destinos e produtos turísticos nacionais, para que os visitantes estrangeiros desfrutem das cidades brasileiras.

As ações de qualificação incluem a capacitação de 9 mil pessoas ligadas ao setor de turismo. Além disso, o

Ministério do Turismo realizará, no período dos Jogos Olímpicos, pesquisas com turistas internacionais, domésticos e jornalistas estrangeiros. Esses estudos têm como objetivo conhecer a demanda nacional e internacional, além de investigar a imagem do Brasil junto aos profissionais de imprensa.

Além disso, estão sendo desenvolvidas ações no sentido de promover os produtos da agricultura familiar e o estímulo a padrões sustentáveis de produção e consumo. Paralelamente, estimula-se a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística.

Em 2014, quando o Brasil sediou a Copa do Mundo de futebol, uma pesquisa do Ministério do Turismo apontou índices favoráveis quanto à experiência dos turistas estrangeiros no País. Entre os mais de 6,6 mil visitantes entrevistados, 95% afirmaram querer voltar ao Brasil; 61% ainda não conheciam o país e elogiaram os serviços de infraestrutura e turismo; 92% avaliaram positivamente a segurança pública; 98% consideraram positivos o atendimento e a receptividade; e 92,3% tinham como principal motivação da viagem participar da Copa (BRASIL, 2016).

Referências

- BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016). **Balanco de pagamentos**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em 01 jun. 2016.
- BRASIL (2016). Governo Federal. **Turismo e promoção**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/pais-sede/melhorias-nos-servicos-e-na-infraestrutura-turistica>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- INFRAERO. EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (2016). **Movimento operacional da rede Infraero**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>> Acesso em: 01 jun. 2016.
- OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (2016). **UNWTO annual report 2015**. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/publication/unwto-annual-report-2015>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

4. MERCADO DE TRABALHO

A economia brasileira continua a sinalizar quadro recessivo, tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda de 5,4% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (2016a). Com a tendência de enfraquecimento da atividade econômica, o mercado de trabalho apresenta um cenário adverso.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2016b), a taxa de desocupação foi de 10,9% no primeiro trimestre de 2016, apresentando aumento em relação ao trimestre anterior (9%). A taxa de desemprego nacional segue em patamares elevados desde o início de 2015 (variando entre 5,3% e 7,8%), quando comparada com as taxas de 2014 (oscilações entre 5,3% e 7,8%).

A taxa de desocupação para o Nordeste foi de 12,8% no primeiro trimestre de 2016, apresentando aumento de

3,2 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desemprego regional segue acima de dois dígitos desde o segundo trimestre de 2015, período que coincide com o arrefecimento da economia regional.

Nas grandes regiões metropolitanas, observaram-se taxas de desocupação mais elevadas que a nacional (10,9%) no primeiro trimestre de 2016, com Salvador (18,4%) despontando, seguida pela de Recife (13,4%) e Fortaleza (11,5%). Conforme dados da Tabela 1, verificou-se ainda que entre o primeiro trimestre de 2015 e o de 2016, a expansão das taxas de desocupação ocorreu de forma acelerada, considerando que os indicadores cresceram nesse intervalo 5,7 pontos percentuais em Recife, 3,7 pontos percentuais em Fortaleza e 3,6 pontos percentuais em Salvador.

Tabela 1 – Taxa de desocupação (%) das pessoas com 14 anos ou mais de idade - Brasil, Nordeste e Regiões Metropolitanas: 1º trimestre/2014 a 1º trimestre/2016

Ano	Trimestre	Brasil	Nordeste	Bahia	Recife	Fortaleza
2014	Jan-fev-mar	7,2	9,3	15,4	9,6	8,2
	Abr-mai-jun	6,8	8,8	14,6	9,4	7,6
	Jul-ago-set	6,8	8,6	13,5	9,4	7,2
	Out-nov-dez	6,5	8,3	12,5	9,0	6,5
2015	Jan-fev-mar	7,9	9,6	14,8	7,7	7,8
	Abr-mai-jun	8,3	10,3	16,8	7,1	8,8
	Jul-ago-set	8,9	10,8	17,0	10,2	9,6
	Out-nov-dez	9,0	10,5	14,6	11,8	9,2
2016	Jan-fev-mar	10,9	12,8	18,4	13,4	11,5

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Com o arrefecimento do nível de atividade econômica, concomitante ao crescimento dos índices inflacionários, o cenário do mercado de trabalho se deteriora, refletindo tanto na redução do número de pessoas ocupadas quanto na diminuição do rendimento anual médio do trabalhador. Em termos nacionais, a remuneração média de R\$ 1.966,00 no primeiro trimestre de 2016 implicou uma desvalorização de 3,2% em relação ao mesmo trimestre de 2015 (Tabela 2).

De forma similar, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife assinalaram, no primeiro trimestre de 2016, rendimento médio real de R\$ 1.636, R\$ 2.023 e R\$ 2.018, respectivamente. Recife registrou retração no rendimento médio de 12% no primeiro trimestre de 2016 frente ao mesmo período do ano anterior. Este cenário não é favorável, pois à medida que as taxas de desocupação aumentam, as remunerações médias se desvalorizam.

Tabela 2 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada, por Região Metropolitana – primeiro trimestre/2014 a primeiro trimestre/2016

Ano	Trimestre	Nordeste	Bahia	Recife	Fortaleza
2014	Jan-fev-mar	1.413	2.005	2.598	1.720
	Abr-mai-jun	1.390	1.997	2.655	1.648
	Jul-ago-set	1.375	2.069	2.287	1.677
	Out-nov-dez	1.392	2.019	2.445	1.610
2015	Jan-fev-mar	1.386	2.066	2.292	1.623
	Abr-mai-jun	1.374	2.118	2.081	1.656
	Jul-ago-set	1.362	2.030	1.946	1.662
	Out-nov-dez	1.323	1.930	1.888	1.618
2016	Jan-fev-mar	1.323	2.023	2.018	1.636

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Nota: Rendimento médio habitual da população ocupada (R\$), a preços de fevereiro de 2016.

No acumulado de janeiro a abril de 2016, para Brasil e Nordeste, os saldos de empregos formais foram negativos em 378.481 e 164.845, respectivamente (Tabela 3). No agregado nacional, a deterioração do mercado de trabalho é um reflexo do baixo dinamismo econômico, especialmente da forte desaceleração dos setores indústria e serviços. Conforme dados das Contas Trimestrais Nacionais do IBGE (2016), no primeiro trimestre de 2016, a indústria registrou queda de 7,3% e serviços seguiu com retração de 3,7%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Entre janeiro a abril de 2016, o setor de serviços foi a atividade que mais perdeu postos de trabalho, com saldo acumulado negativo em 233.402. A indústria também segue com saldo acumulado negativo (-149.260) puxando o desemprego pra cima.

Para o Nordeste, os dados setoriais do Caged mostram que as atividades pertencentes à cadeia da indústria de transformação e comércio vêm apresentando relativo grau de desaquecimento desde 2014. No acumulado de janeiro a abril de 2016, a indústria de transformação e o comércio foram responsáveis por um saldo negativo de 107.738 empregos formais no Nordeste; no mesmo período do ano anterior os dois setores responderam com redução no saldo em 70.479 vínculos empregatícios.

A indústria de transformação teve um peso importante para a perda de 69.116 postos de trabalho na região, reflexo do baixo dinamismo econômico de Alagoas e Pernambuco, apresentando reduções de 25.033 e 22.197 postos de trabalho, respectivamente. O comércio tem mantido o ritmo de desaceleração registrando saldo negativo de 38.622 empregos formais na região, conforme mostra a Tabela 3.

O baixo dinamismo dos indicadores de atividade econômica dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará influenciaram o quadro de deterioração do mercado de trabalho regional. O saldo negativo acumulado destes três estados representou 47,9% do corte de empregos formais da região. Isoladamente, Alagoas participou com 18,7% (aproximadamente, redução de quase 31 mil empregos do estado) do total do saldo negativo regional.

Para Pernambuco, o impacto maior foi na indústria de transformação e no comércio. A indústria de transformação foi fortemente influenciada pela descontinuidade de investimentos no setor. O arrefecimento nesta atividade gerou saldo negativo no primeiro trimestre de 2016 de 22.197 postos de trabalho. O setor de comércio, com a repercussão pelo ajuste do mercado de trabalho e do endividamento das famílias, registrou redução de 9.579 vínculos empregatícios. Diante do quadro recessivo, Pernambuco acumulou, no primeiro trimestre de 2016, saldo negativo em 45.710 postos de trabalho.

O mercado de trabalho cearense também apresentou saldo negativo no acumulado do primeiro trimestre de 2016, com redução de 19.505 postos de trabalho. O comércio e a indústria de transformação registram as maiores perdas, 8.186 e 6.300, respectivamente.

A Bahia também registrou perda de postos de trabalho no primeiro trimestre do ano. Apresentando baixo desempenho nos valores adicionados dos setores da agropecuária (-6,5%), indústria (-5,2%) e serviços (-2,8%) no primeiro trimestre de 2016¹ (SEI, 2016), este cenário vem impactando negativamente no mercado de trabalho, gerando saldo negativo de 13.811 postos no acumulado de janeiro a março de 2016.

1 Comparativamente ao mesmo trimestre de 2015.

Tabela 3 – Saldo acumulado de empregos formais, por setores no Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste: Janeiro a abril de 2016

Estados/ Regiões	Extrativa mineral	Indústria de transf.	SIUP	Constru- ção civil	Comércio	Serviços	Adm. pública	Agrop., ext., veget., caça e pesca	Total
Norte	15	-8.741	157	-8.815	-12.381	-2.470	113	-960	-33.082
Nordeste	-450	-69.116	-3.392	-21.586	-38.622	-15.068	2.232	-18.843	-164.845
MA	-81	-1.392	-334	-8.116	-3.037	-340	-32	-448	-13.780
PI	-31	-389	-1.827	-970	-1.845	-1.545	2	-835	-7.440
CE	-59	-6.300	-763	-2.414	-8.186	773	-35	-2.521	-19.505
RN	-128	-2.931	-26	-2.126	-2.842	-949	-11	-3.649	-12.662
PB	-78	-4.627	-27	-1.126	-1.844	91	4	-3.552	-11.159
PE	-34	-22.197	342	-996	-9.579	-6.474	-24	-6.748	-45.710
AL	-25	-25.033	-55	-1.475	-1.881	145	-10	-2.480	-30.814
SE	51	-5.746	-730	-196	-757	-387	87	-2.286	-9.964
BA	-65	-501	28	-4.167	-8.651	-6.382	2.251	3.676	-13.811
Sudeste	-2.090	-31.156	367	-25.839	-115.787	-45.224	9.210	6.945	-203.574
Sul	-258	18.299	-150	-2.325	-19.696	5.572	4.607	4.515	10.564
Centro-Oeste	-186	4.828	410	768	-12.695	6.847	-40	12.524	12.456
Brasil	-2.969	-85.886	-2.608	-57.797	-199.181	-50.343	16.122	4.181	-378.481

Fonte: Elaborada pelo BNB/Étene com base nos dados do MTE (2016).

Referências

BRASIL (2016). MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Evolução de emprego do Caged**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais - Janeiro/Março (2016a)**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201601caderno.pdf> Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. (2016). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2016**. (2016b) Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/>> Acesso em: 05 jun. 2016.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB trimestral da Bahia: 1º Trimestre de 2016**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib_est_trimes_1_16.pdf> Acesso em: 03 jun. 2016.

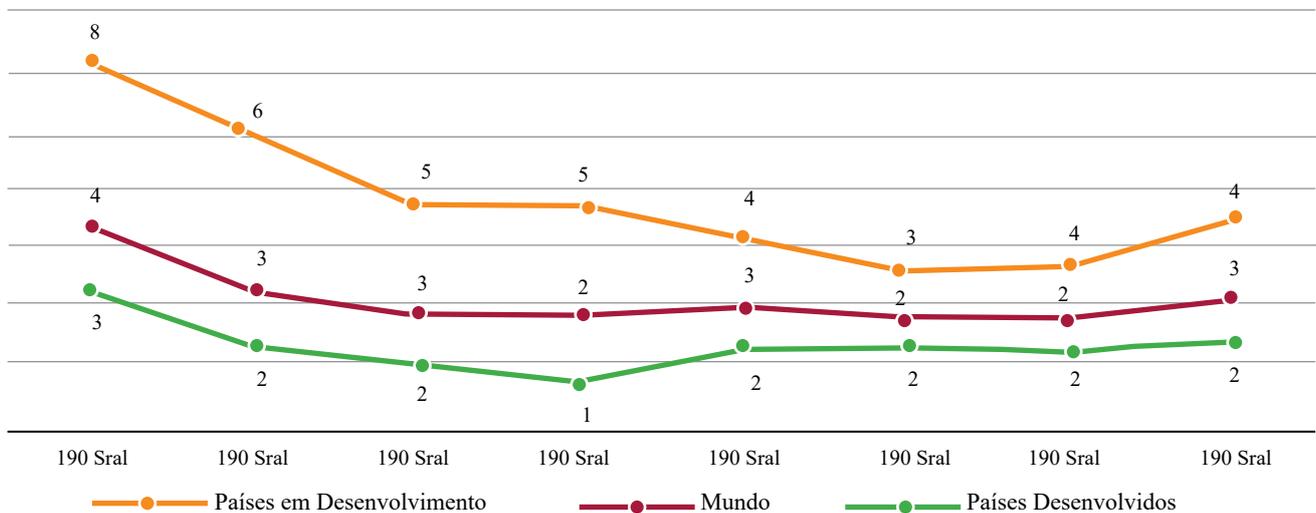
5. SETOR EXTERNO

5.1. Cenário Internacional

O cenário internacional é de restrição econômica e de incertezas em 2016, em face aos desdobramentos da crise econômica global de 2008; tendo em vista o fim do superciclo das *commodities*; a desaceleração chinesa; a capacidade ociosa em diferentes segmentos manufatureiros; além dos conflitos no Oriente Médio, África e Ásia com rebatimentos em intensos fluxos migratórios.

Diante de um quadro de instabilidade macroeconômica, o Banco Mundial (2016a) estima que o PIB global crescerá 2,4% em 2016 e 2,8% em 2017. A taxa de expansão econômica dos países desenvolvidos deverá alcançar 1,7% em 2016 com possibilidade de subir levemente em 2017 (1,9%). Em relação aos países em desenvolvimento, os números esperados são 3,5% e 4,4% para 2016 e 2017, respectivamente. A atividade econômica arrefeceu para diferentes países quando se compara o atual cenário com o início da década (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB - Mundo e grupos de países - %



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do Banco Mundial (2016).

Nota: Os dados para 2016 e 2017 referem-se a projeções.

Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB – países selecionados

País/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estados Unidos	2,5	1,6	2,2	1,5	2,4	2,4	1,9	2,2
Área do Euro	2,1	1,6	-0,9	-0,3	0,9	1,6	1,6	1,6
Japão	4,7	-0,5	1,7	1,4	-0,1	0,6	0,5	0,5
Índia	10,3	6,6	5,6	6,6	7,2	7,6	7,6	7,7
China	10,6	9,5	7,7	7,7	7,3	6,9	6,7	6,5
África do Sul	3,0	3,2	2,2	2,2	1,5	1,3	0,6	1,1
Rússia	4,5	4,3	3,5	1,3	0,7	-3,7	-1,2	1,4
Brasil	7,5	3,9	1,9	3,0	0,1	-3,8	-4,0	-0,2

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do Banco Mundial (2016) e FMI (2016).

Notas: Os dados para 2016 e 2017 referem-se a projeções. A Área do Euro é formada por: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

O desempenho dos países desenvolvidos deverá continuar modesto em 2016. As desfavoráveis tendências demográficas, o baixo crescimento da produtividade, além dos resquícios da crise econômica global, continuam a dificultar uma retomada mais robusta das atividades nessas nações. Apesar dos preços mais baixos dos combustíveis, que estimulam a demanda interna, a retração em importantes mercados emergentes, a apreciação do dólar norte-americano e as restrições na política monetária e na oferta creditícia contribuem para reduzir as perspectivas de crescimento nos Estados Unidos (1,9%). Apesar dos incentivos, a expansão econômica no Japão (0,5%) segue abaixo das expectativas em função do declínio no consumo privado. Vislumbram-se melhores perspectivas para a Espanha (expansão do PIB de 2,7%) e Reino Unido (2%), enquanto que Alemanha (1,5%), Canadá (1,5%), França (1,1%) e Itália (0,8%) tendem a registrar menor dinamismo econômico (BANCO MUNDIAL, 2016a).

Os países em desenvolvimento apresentam trajetórias díspares. A expansão no Leste Asiático e Pacífico deverá alcançar 6,3% em 2016 em comparação com 6,5% em 2015. Mesmo países exportadores de matérias-primas, incluindo a Indonésia (5,1%) e a Malásia (4,4%), apresentarão desempenho favorável, enquanto que a expansão na China (6,7%) e Vietnã (6,2%) segue robusta, em contraste com a recuperação moderada na Tailândia (2,5%). Entre os riscos figuram a possibilidade de instabilidade nos mercados financeiros.

O Sul da Ásia deverá registrar crescimento de 7,1% em 2016 em comparação com 7,0% em 2015. Ao mesmo tempo, devido à implantação de sólidas políticas macroeconômicas, a região possui menor vulnerabilidade em relação às flutuações dos mercados externos, com destaque para a Índia. No que se refere à Europa Oriental e Ásia Central, projeta-se um incremento de 1,2% em 2016 em confrontação com o declínio de 0,1% em 2015. Contribuem para isso a queda nos preços dos combustíveis, sendo a Rússia (-1,2%) penalizada.

A expansão no Oriente Médio e no Norte da África deverá alcançar 2,9% em 2016, em comparação com 2,6% em 2015. A remoção das sanções econômicas contra o Irã permitirá a esse país participar mais efetivamente do comércio internacional, a exemplo da venda de combustíveis. Há previsão de que o crescimento se acelere também em outros exportadores de petróleo, caso ocorra uma estabilização dos preços dos

combustíveis. A região está sujeita a riscos decorrentes dos conflitos e à redução nos preços do petróleo, o que pode gerar instabilidade social.

A África Subsaariana deverá crescer 2,5% em 2016 em comparação com 3% em 2015, com diferenciações entre os países. Enquanto a atividade econômica tende a ser moderada nos países exportadores de petróleo, as nações importadoras de combustíveis tendem a ser beneficiadas. A África do Sul deverá avançar modestamente (0,6%) em 2016. O fenômeno El Niño causa preocupação em termos de abastecimento alimentar em diferentes partes do continente.

A América Latina e o Caribe manterão a trajetória de declínio em 2016 (-1,3%), depois de apresentar uma contração de 0,7% em 2015. A região está sendo afetada com a redução prolongada nos preços das *commodities* além dos desafios internos que impactam as nações. Apesar do recuo dos preços das matérias-primas, projeta-se crescimento na Bolívia (3,7%), Peru (3,5%), Paraguai (3%), Colômbia (2,5%), México (2,5%), Chile (1,9%) e Uruguai (0,7%). Por outro lado, Venezuela (-10,1%), Brasil (-4%), Equador (-4%) e Argentina (-0,5%) sofrerão com a retração econômica.

O FMI projeta crescimento do comércio internacional de 3,1% em 2016, acima, portanto, da estimativa de crescimento do PIB global (2,4%). A expectativa é que as trocas comerciais internacionais possam aumentar 3,9% em 2017. Por sua vez, os preços médios dos combustíveis, dos minerais metálicos e dos produtos agrícolas devem recuar 19,3%, 8,2% e 3,5 em 2016, respectivamente. O preço do barril de petróleo declinou de US\$ 96 em 2014 para US\$ 51 em 2015 e pode finalizar o corrente ano em US\$ 41 (BANCO MUNDIAL, 2016b; FMI, 2016).

O modesto desempenho em importantes nações produz impactos negativos no que se refere à redução da pobreza e aumento da prosperidade. Um crescimento mais sólido no futuro dependerá do desempenho dos países desenvolvidos e da China, além da estabilização dos preços dos produtos básicos (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Embora improvável, um desaquecimento mais rápido do que o previsto nas grandes economias emergentes gera repercussões globais. Entre os riscos previstos figuram também o estresse financeiro nos Estados Unidos e a intensificação das tensões geopolíticas.

Referências

BANCO MUNDIAL (2016a). **Global economic prospects: spillovers amid weak growth**. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/pubdocs/public-doc/2016/5/842861463605615468/Global-Economic-Prospect-Prospects-June-2016-Divergences-and-risks.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

BANCO MUNDIAL (2016b). **Commodity markets outlook**. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/pubdocs/public-doc/2016/4/677121461693540498/CMO-April-2016-Full-Report.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

FMI. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2016). **World economic outlook update: Too slow for too long**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

NAÇÕES UNIDAS (2016). **World economic situation and prospects 2016**. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2016wesp_ch1_en.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

5.2. Comércio Exterior

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 19,7 bilhões no acumulado de janeiro a maio; em mesmo período do ano anterior o resultado foi deficitário (-US\$ 2,3 bilhões), conforme (BRASIL, 2016). As exportações atingiram o montante de US\$ 73,5 bilhões, redução de 1,6% comparativamente a janeiro a maio de 2015; as importações, no total de US\$ 53,8 bilhões, registraram queda bem mais expressiva (30,1%).

A desagregação das exportações brasileiras por fator agregado mostra que, de janeiro a maio deste ano, as vendas dos produtos básicos representaram 45,6% da pauta, seguida dos manufaturados (38,1%) e semimanufaturados (13,8%). Os embarques de produtos manufaturados registraram incremento de 1,6%, enquanto os básicos e semimanufaturados caíram 3,2% e 1,7%, respectivamente.

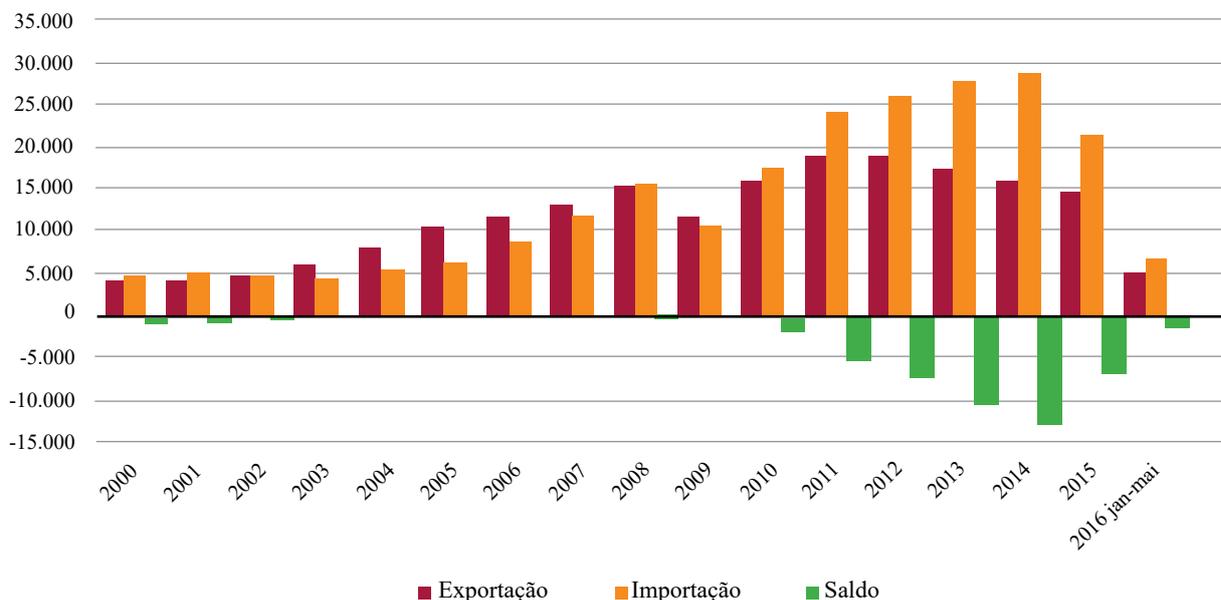
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (14,9%), minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (5,1%), óleos brutos de petróleo (4,2%), outros açúcares de cana (3,2%) e pasta química de madeira (2,9%) foram os principais produtos exportados nesse período. Comparativamente a igual período de 2015, soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (+24,9%), outros açúcares de cana (9,9%) e pasta química de madeira (10%) registraram incremento na receita, enquanto óleos brutos de petróleo (-38%) e minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (-10%) apresentaram desempenho negativo.

A China foi o principal destino das exportações brasileiras (21,4%), assinalando crescimento de 14,3%, seguida pelos Estados Unidos (11,7%) que reduziram em 11% o valor das compras, no período de janeiro a maio de 2016, comparativamente, a janeiro a maio de 2015. Terceiro principal destino das vendas externas, a Argentina (7,2%) aumentou suas aquisições em 2,3%, no período em análise.

Já as importações brasileiras, segundo a categoria de uso, mostram que o país distribuiu as compras em Bens de Capital (27,6%), Bens Intermediários (46,1%), Bens de Consumo (14,7%) e Combustíveis e Lubrificantes (11,5%). Todas as categorias de produtos apresentaram queda nas compras externas, no período em análise: Bens de Capital (-32,6%), Bens Intermediários (-23,2%), Bens de Consumo (28,2%) e Combustíveis e Lubrificantes (-46,3%).

Diferentemente do país, a balança comercial nordestina registrou déficit de US\$ 1,4 bilhão (Gráfico 1), no acumulado de janeiro-maio deste ano, porém menor do que o computado em mesmo período do ano anterior (-US\$ 5,5 bilhões). Tanto as exportações (US\$ 5.098,0 milhões) como as importações (US\$ 6.534,9 milhões) apresentaram quedas de 4,2% e 39,7%, respectivamente, relativas aos cinco meses iniciais do ano anterior.

Gráfico 1 – Nordeste – Exportação, importação e saldo da balança comercial - US\$ milhões FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados de BRASIL (2016).

A análise por fator agregado revela que as exportações de produtos básicos registraram recuo de 5% no período analisado. A soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, somou US\$ 488 milhões representando 10,6% do total das exportações nos cinco primeiros meses do ano em curso. Entretanto, comparativamente a mesmo período do ano anterior, registrou queda de receita na ordem de 13,6% ou US\$ 76,8 milhões em valores absolutos.

As vendas de produtos semimanufaturados diminuíram 5,3%, devido, principalmente, à redução das exportações de pasta química de madeira (-9,5%) e alumina calcinada (-21,6%) apesar do aumento de receita de exportação de catodos de cobre (+83,5%). A redução de 31,2% das vendas de óleos combustíveis (-US\$ 61,9 milhões) contribuiu para redução das exportações de produtos manufaturados.

Tabela 1 – Nordeste - Exportação por fator agregado - jan-mai 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Discriminação	Jan-mai/2016		Jan-mai/2015		Var.%
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	
Básico	1.186,8	23,3	1.249,4	23,4	23,5
Industrializados	3.864,9	75,8	4.0005,0	75,2	-3,5
Semimanufaturados	1.715,3	33,6	1.811,9	34,0	-5,3
Manufaturados	2.149,6	42,2	2.193,1	41,2	-2,0
Op. Especiais	46,3	0,9	68,5	1,3	-32,4
Total	5.098,1	1000,0	5.322,9	100,0	-4,2

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados de BRASIL (2016).

A China (19,6%), os Estados Unidos (14,7%) e a Argentina (11,2%) figuram como os países que possuem maior participação nas exportações nordestinas. Destes, apenas a China registrou decréscimo de 7,6% nas compras de produtos da região. As exportações para os Estados Unidos (+19,4%) e Argentina (+21,2%) apresentaram incremento de 19,4% e 21,2%, respectivamente, entre janeiro e maio de 2016 ante igual período do ano anterior.

Do lado das compras externas nordestinas, todas as categorias de produto também registraram queda nos valores importados. Destaque para a retração dos seguintes produtos do grupo combustíveis e lubrificantes: naftas para petroquímica (-23,4%), gás natural, liquefeito (-60,7%), óleo diesel (-68,8%) e outras gasolinas, exceto para aviação (-57,4%).

Tabela 2 – Nordeste - Importação por categoria de uso - jan-mai 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Discriminação	Jan-mai/2016		Jan-mai/2015		Var.%
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	
Bens de capital	990,2	15,2	1.543,8	14,2	-35,9
Bens intermediários	2.602,9	39,8	3.496,1	32,3	-25,5
Bens de consumo	492,5	7,5	854,0	7,9	-42,3
Bens duráveis	238,2	3,6	438,3	4,0	-45,65
Bens não duráveis	254,3	3,9	415,7	3,8	-38,83
Combustíveis e lubrificantes	2.449,3	37,5	4.945,8	45,6	-50,5
TOTAL	2.535,0	100,0	10.839,6	100,0	-39,7

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados de BRASIL (2016).

Os Estados Unidos (19,8%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a Argentina (9,7%) e a China (9,1%). No comparativo janeiro-maio de 2016 frente ao mesmo período de 2015, as importações dos principais parceiros registraram redução: Estados Unidos (-32,5%), Argentina (-18,3%) e China (-41,5%). Vale ressaltar que a região mostrou-se superavitária frente à China, com saldo comercial de US\$ 404,9 milhões em 2016. As relações comerciais com os

Estados Unidos e Argentina, entretanto, registraram saldo negativo de US\$ 543,6 milhões e US\$ 65,1 milhões, respectivamente, em 2016.

Dos estados nordestinos, apenas o Piauí, o Rio Grande do Norte e a Bahia registraram saldo positivo na balança comercial estadual no acumulado do ano. A Tabela 3 mostra o comportamento das exportações e importações de cada estado nordestino.

Tabela 3 – Exportações e importações do Nordeste por Estado - jan-mai 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	US\$ milhão FOB	Part %	Var% Jan-mai 2016/2015	US\$ milhão FOB	Part %	Var% Jan-mai 2016/2015	US\$ milhão FOB
Maranhão	915,5	18,0	22,5	940,9	14,4	59,1	25,5
Piauí	77,2	1,5	22,8	22,9	0,3	66,4	54,3
Ceará	394,4	7,7	1,2	721,1	11,0	51,2	326,7
Rio Grande do Norte	97,2	1,9	13,3	60,4	0,9	20,8	36,8
Paraíba	46,1	0,9	27,9	115,3	1,8	52,0	69,2
Pernambuco	417,1	8,2	39,0	1.731,6	26,5	28,9	1.314,5
Alagoas	204,3	4,0	29,8	229,5	3,5	9,6	25,2
Sergipe	29,1	0,6	7,0	62,3	1,0	34,1	33,2
Bahia	2.917,2	57,2	1,5	2.651,0	40,6	31,6	266,2
Nordeste	5.098,1	100,0	4,2	6.535,0	100,0	39,7	1.436,9

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados de BRASIL (2016).

Referência

BRASIL (2016). MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança comercial: Unidades da Federação. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao>>. Acesso em 06 jun. 2016.

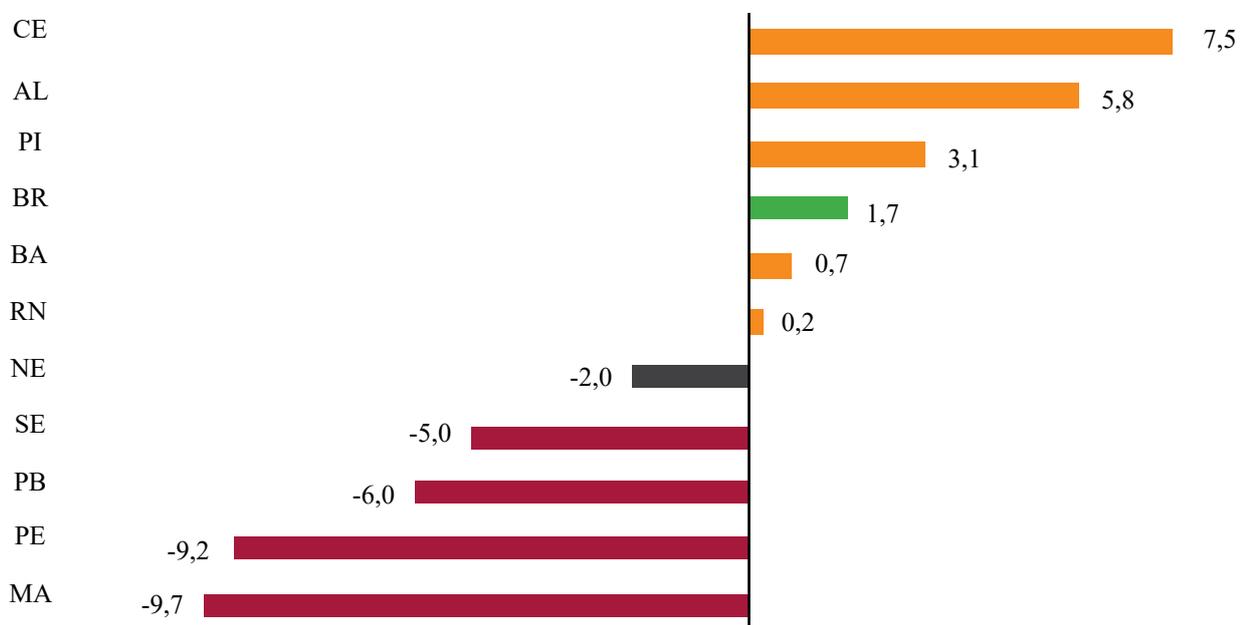
6. FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação de tributos federais no Nordeste, nos quatro primeiros meses de 2016, atingiu R\$ 19,6 bilhões (exclusive receita previdenciária), ocorrendo uma retração de 2%, em valores nominais, comparativamente a igual período do ano anterior. No Brasil, a arrecadação avançou 1,7% no mesmo período. Os maiores aumentos de arrecadação de tributos federais no Nordeste foram

registrados no Ceará (7,5%), Alagoas (5,8%) e Piauí (3,1%) (BRASIL, 2016a).

O desempenho da arrecadação dos principais tributos no Nordeste mostrou-se inferior em comparação com a média brasileira, a exemplo do Imposto de Renda (2,6% no Nordeste ante 3,3% no Brasil), Cofins (-5,4% ante 2,9%) e CSLL (-1,6 ante 7,6%).

Gráfico 1 – Variação percentual da arrecadação dos tributos federais no Brasil e nos estados do Nordeste - jan-abr/2016 - jan-abr/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados de BRASIL (2016a).

Em termos de ICMS, foram recolhidos no Nordeste R\$ 16,6 bilhões de janeiro a março de 2016, superando em 4,3% os valores obtidos em igual período do ano passado. No país, a variação ocorrida em nível nacional

alcançou 6%. No Nordeste, os melhores resultados na arrecadação do referido tributo foram obtidos no Maranhão (19,5%), Alagoas (12,0%) e Ceará (10,2%).

Tabela 1 – Arrecadação do ICMS – Nordeste – jan/mar de 2016 – R\$ Milhões

UF/Região	Valores (R\$ milhões)	Participação (%)	Var. (%)
Maranhão	1.428,1	1,4%	19,50
Piauí	859,5	0,8%	8,58
Ceará	2.599,8	2,5%	10,16
Rio Grande do Norte	915,1	0,9%	-20,75
Paraíba	1.170,4	1,1%	1,80
Pernambuco	3.177,6	3,1%	-2,07
Alagoas	902,7	0,9%	12,00
Sergipe	721,6	0,7%	1,05
Bahia	4.860,7	4,7%	7,22
NORDESTE	16.635,5	16,2%	4,30
BRASIL	102.522,7	100,0%	6,08

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados de BRASIL (2016).

Referências

BRASIL (2016a). Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Arrecadação**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao>>. Acesso: 08 jun. 2016.

_____. (2016b). Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/boletim/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

7 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional¹ registrou um estoque de R\$ 3.142,9 bilhões em operações de crédito em abril de 2016, implicando uma elevação nominal de 2,7% quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, conforme Bacen (2016a). A oferta de crédito no Brasil vem sendo influenciada nos últimos anos pelas operações

financiadas com recursos direcionados, tendo ocorrido um crescimento da ordem de 5% para a referida variável. Por sua vez, as operações financiadas com recursos livres mostrou certa estabilidade (0,5%) no mesmo período analisado. Em 2016, os primeiros quatro meses do ano foram de retração do crédito quando comparado ao Produto Interno Bruto (PIB), tendo essa variável registrado pequena queda, ou seja, de 53% em abril de 2015 para 52,5%, em abril do corrente ano (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: Saldo das operações de crédito do sistema financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – abril/2015 e abril/2016 (R\$ milhões correntes)

Discriminação	Abril	Abril	Variação Nominal	Participação Abril/16,%	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2015	2016			Abril/15	Abr/16
1. Destinação por Tomador	3.061,492	3.142,926	2,7	100,00	53,0	52,5
1.1. Pessoas Físicas	1.446,893	1.519,904	5,0	48,4	25,1	25,4
1.2. Pessoas Jurídicas	1.614,599	1.623,022	0,5	51,6	28,0	27,1
2. Fontes dos Recursos	3.061,492	3.142,926	2,7	100,0	53,0	52,5
2.1. Livres	1.575,472	1.578,097	0,2	50,2	27,3	26,4
2.2. Direcionados ⁽²⁾	1.486,020	1.564,829	5,3	49,8	25,7	26,1
3. Controle de Capital	3.061,492	3.142,926	2,7	100,0	53,0	52,5
3.1. Inst. Fin. Pública	1.674,649	1.777,498	6,1	56,6	29,0	29,7
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	941,745	916,531	-2,7	29,2	16,3	15,3
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	445,098	448,897	0,9	14,3	7,7	7,5

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do BACEN (2016b).

Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

O resultado mais modesto da oferta creditícia está diretamente relacionado com o cenário de retração econômica, juros em elevação, deterioração do nível de emprego, baixo nível de confiança dos consumidores e

empresários. Para fazer frente a esse quadro adverso, os bancos vêm demonstrando cautela na concessão de crédito, renegociando e reestruturando as dívidas dos tomadores e, no caso dos bancos privados, aumentando, de modo significativo a cobertura de provisões para a inadimplência.

Apesar disso, a solvência do sistema bancário segue em patamar elevado, de forma que os índices de capital, tanto dos bancos públicos quanto dos privados, permaneceram em níveis superiores aos dos requerimentos regulatórios. Ademais, nos testes de situações de estresse, o sistema bancário brasileiro apresentou adequada capacidade para suportar tanto os efeitos de choques decorrentes de cenários macroeconômicos adversos – por seis trimestres consecutivos – quanto em relação às mudanças abruptas nas taxas de juros e de câmbio, na

¹ O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

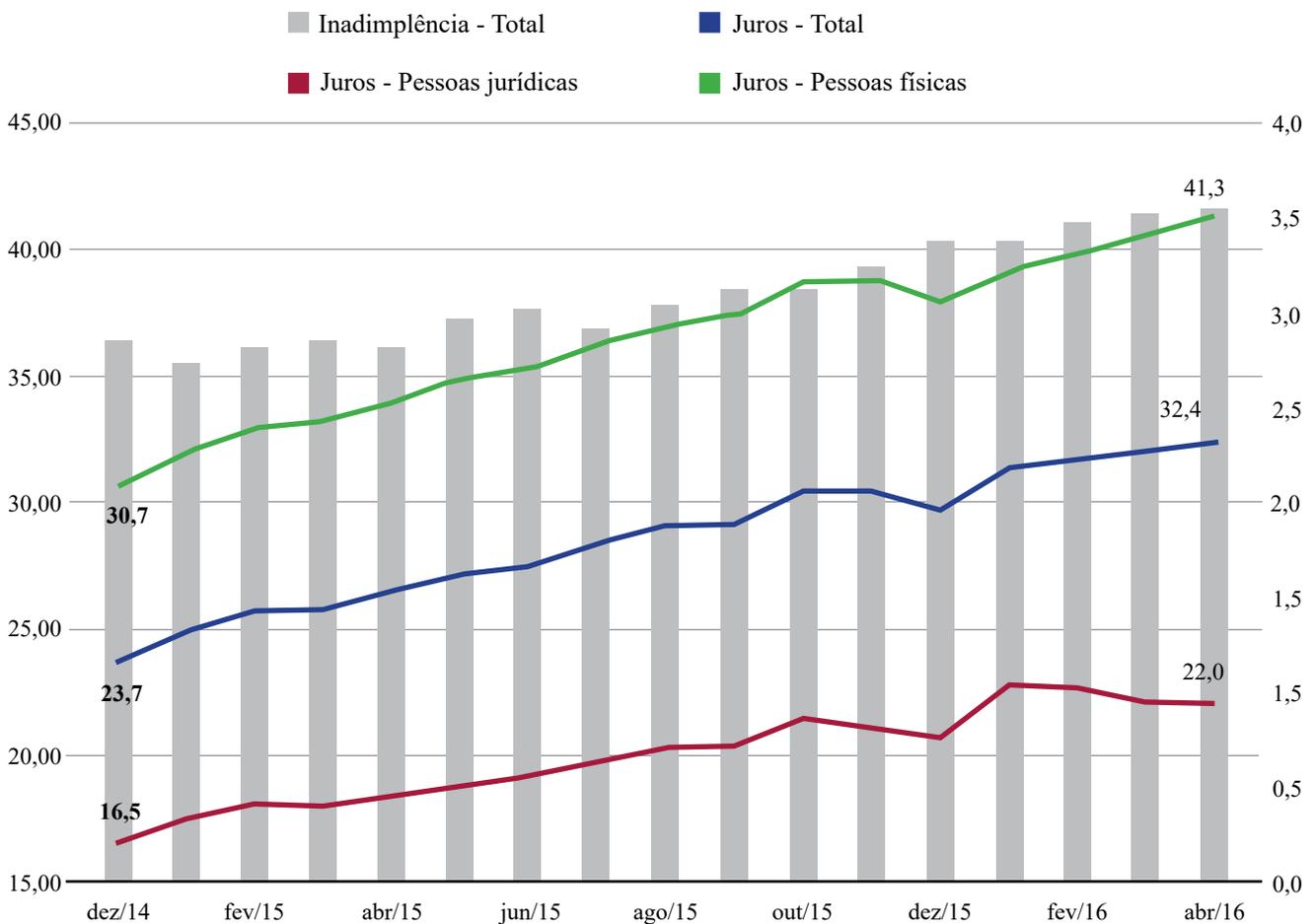
inadimplência, ou quedas generalizadas dos preços dos imóveis residenciais. Contudo, os efeitos não são homogêneos para todas as instituições e algumas apresentam desenquadramento em determinado requerimento e/ou restrições na distribuição de lucros (BACEN, 2016d)

Quanto às condições de concessão de crédito, observa-se uma elevação das taxas de juros total, 32,4% em abril de 2016, tanto em razão do crescimento das taxas para pessoa física, quanto para a pessoa jurídica, que alcançaram 41,3% e 22%, respectivamente. A taxa de inadimplência, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, acompanhou a elevação dos custos finan-

ceiros e registrou trajetória de alta. Referido indicador aumentou de 2,7% em dezembro de 2014 para 3,7%, em abril de 2016, sobretudo devido à elevação na taxa de inadimplência das empresas, de 1,91% para 3,11% nesse mesmo período.

A taxa de *spread* (médio), ou seja, a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, que representam, em grande medida, as margens de rentabilidade dos bancos, apresentou elevação de 12,9% no final de 2014 para 22,3% em abril de 2016. Contribuíram para isso a elevação das taxas de juros de referência além da percepção de maior risco nas operações de crédito.

Gráfico 1 – Inadimplência, taxas de juros total, pessoas físicas e jurídicas



Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene com base nos dados do BACEN (2016b).

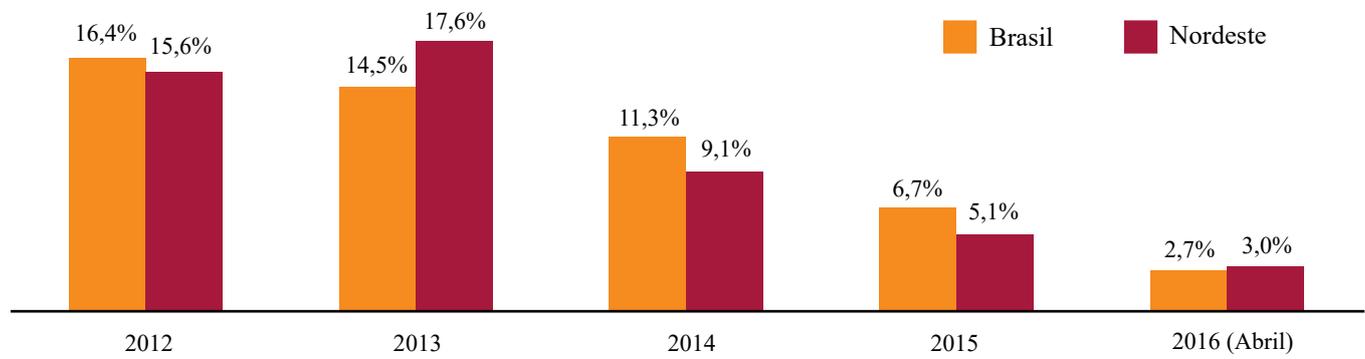
7.2 Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro no Nordeste

A Região Nordeste vem apresentando desempenho levemente superior ao Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período acumulado de 2012 até abril de 2016, observou-se taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 7,5% na região, enquanto que em nível nacional a elevação do crédito registrou taxa de crescimento anual de 7,3%. Cabe salientar que neste período

a performance da região foi destacada em 2013 e no primeiro quadrimestre de 2016 (Gráfico 2).

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro no Nordeste alcançou R\$ 400,8 bilhões¹ em abril de 2016, representando crescimento nominal de 3%, quando comparado com abril de 2015, ligeiramente acima da média nacional (2,7%), conforme BACEN (2016a).

Gráfico 2 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e do Nordeste – 2012 a abril de 2016 – Variação em relação ao ano anterior



Fonte: BACEN (2016a).

No acumulado dos últimos doze meses, os estados nordestinos que apresentaram a maior elevação no saldo das operações de crédito foram Piauí (8,4%), Ceará, (8,2%) e Rio Grande do Norte (7,1%). A Bahia foi o único estado a registrar resultado negativo, -1,9%. Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que as referidas unidades federativas detêm na composição do PIB do Nordeste.

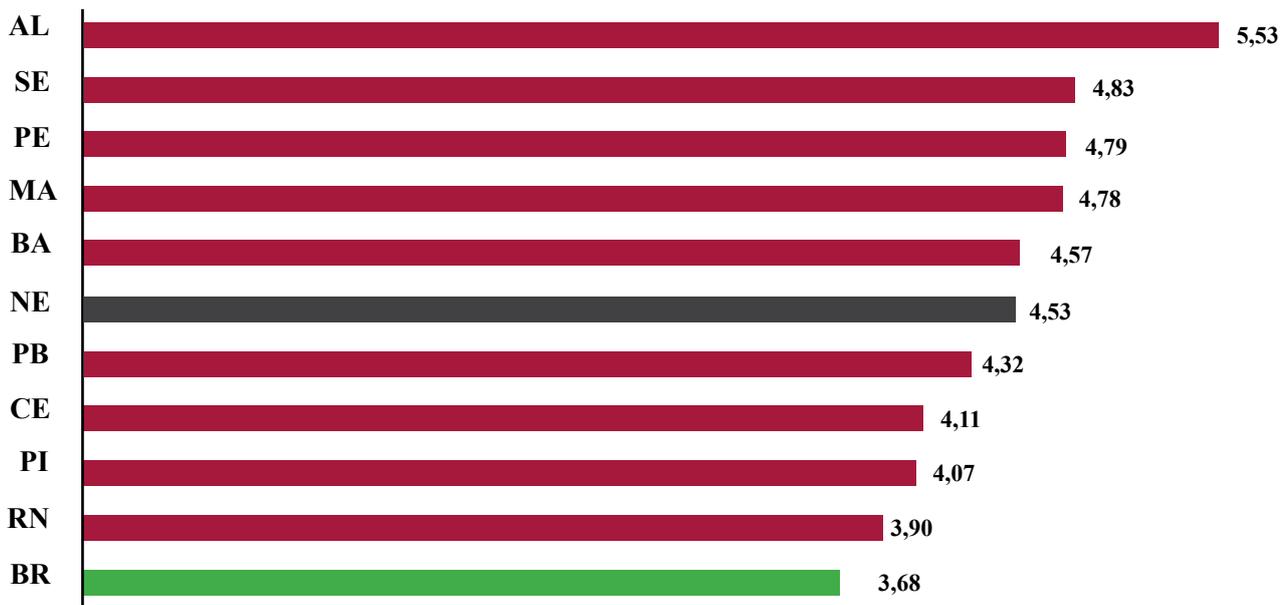
O crescimento da oferta creditícia em nível regional permanece motivado pelo aumento das operações de crédito das pessoas físicas, essencialmente direcionado para o consumo, observando-se incremento de 7,4% em abril de 2016 em relação a abril de 2015, embora com sinais de arrefecimento nos últimos anos. O saldo de crédito das pessoas físicas apresentou crescimento de 43,6%

em abril de 2016 em relação a abril de 2015. No que se refere às operações de crédito para pessoas jurídicas, fundamentalmente voltado para a produção, verificou-se retração nominal (-2,7%) no saldo de crédito, na mesma base de comparação. Em termos de participação, ao final de dezembro de 2015, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava pouco mais da metade (58,6%) do total, cabendo a parcela restante (41,4%) às empresas, diferente da composição média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (51,6%), comparativamente às famílias (48,4%).

A inadimplência da região, seguindo a mesma trajetória em nível nacional, apresentou elevação, na medida em que registrou 4,5% em abril de 2016, ante 3,7% em abril de 2015. Observa-se que todos os estados do Nordeste apresentaram inadimplência superior em comparação com a média do Brasil, o que resultou no indicador regional em patamar acima do nacional. Sob a ótica dos tipos de tomadores de crédito, a inadimplência no Nordeste registrada para a pessoa física (4,92%) foi superior à observada para pessoa jurídica (3,96%), embora esta última venha apresentando maior aceleração ao longo dos últimos períodos.

¹ O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94% de todas as operações.

Gráfico 3 – Índices de inadimplência nos estados da área de atuação do Banco do Nordeste e Brasil - (abril de 2016)



Fonte: BACEN (2016b).

Para o restante do ano de 2016, as expectativas de retração no nível de atividade econômica, bem como o arrefecimento no consumo das famílias, constituirão fatores fundamentais para a moderação do crescimento do saldo de crédito total. O crédito direcionado, que sustentou parte do crescimento do crédito em período recente, apesar de apresentar taxas de crescimento superiores aos recursos livres, deverá perder ímpeto, em razão da implementação do ajuste fiscal. Caso ocorra um processo de reversão das expectativas, os bancos privados nacionais e estrangeiros buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas. No cenário regional, espera-se que o Nordeste apresente trajetória similar ao sistema financeiro nacional, mas com desempenho abaixo do país, em especial, motivado pelo comprometimento de renda das famílias, além da esperada mudança do modelo de crescimento até então lastreado em consumo.

Referências

BACEN. BANCO CENTRAL (2016a). **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Disponí-

vel em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 30 mai.2016.

_____. (2016b). **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?IN-DECO>>. Acesso em: 30 mai.2016.

_____. (2016c). **Nota para a Imprensa 25 mai.2016**: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 30 mai.2016.

_____. (2016d). **Relatório de estabilidade financeira** – Abril 2016 – Volume 15, Número 2. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relestab201604>>. Acesso em: 31 mai.2016.

8. ÍNDICE DE PREÇOS

8.1. Inflação

Dados divulgados pelo IBGE, referentes ao mês de maio de 2016, indicam que a inflação no Brasil, representada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aceleração no mês de maio, 0,8%, ante um índice de 0,6%, em abril. Isto repercutiu no movimento do índice no acumulado dos últimos doze meses, registrando relativa estabilidade para esta variável, interrompendo trajetória de queda observada nos últimos três meses. Assim, a inflação brasileira assinalou crescimento de 9,32% no acumulado dos últimos doze meses, ante 9,28% em abril, considerando o mesmo indicador.

A inflação do Nordeste¹, depois de apresentar comportamento do nível de preços inferior ao indicador nacional nos anos de 2014 e 2015, no ano de 2016, apresentou em maio um indicador no acumulado de doze meses, de 9,7%, portanto, superior ao nacional. A região metropolitana que apresentou maior inflação nos últimos doze meses no Nordeste foi Fortaleza ao apontar crescimento de preços de 11%. Na mesma base de comparação, Salvador, que possui o maior peso no cálculo realizado pelo Etene para o Nordeste, assinalou índice de 9,5%, e Recife, registrou elevação de preços na ordem de 9,2%. Cabe destacar que no índice mensal (maio/2016), Fortaleza, Recife e Salvador registraram variações positivas, 1%, 0,9% e 0,8%, respectivamente,

fazendo com que a inflação para a região, no mês de abril, fosse de 0,9%, variação acima da média nacional (0,8%).

Fortaleza apresentou um índice mensal e em doze meses superior ao Brasil e à Região Nordeste, 1% e 11%, respectivamente. Repetindo o que ocorreu em março e abril, no mês de maio, figura como a região metropolitana de maior elevação de preços em nível nacional. O índice de inflação de Fortaleza foi fortemente impactado pela elevação das taxas de água e esgoto (10,4%) e energia elétrica (2,3%), o que para o grupo Habitação resultou em crescimento de 2,6% no mês. Somente este grupo, contribuiu com 36% da taxa de inflação observada em maio.

Sob a ótica dos grupos que compõem o índice de inflação em doze meses, verificamos que na Região Nordeste, apesar do processo inflacionário mais intenso do que o verificado no Brasil, apresentou indicadores abaixo do nível nacional em 4 dos 9 grupos pesquisados pelo IBGE. O componente inflacionário que mais influenciou o resultado do comportamento dos preços, superior no Nordeste vis-à-vis ao brasileiro, foi em grande medida devido ao grupo Alimentos e Bebidas, haja vista a região ter registrado 14,6%, ante 12,7% em nível nacional, além deste grupo, possui maior peso na composição do índice regional que no nacional.

Tabela 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Brasil e Nordeste – por grupo – 2013 a 2016 (Maio – variação % em 12 meses)

IPCA - Grupo Pesquisado	2013		2014		2015		2016 (Var. % em 12 meses)	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentos e bebidas	8,5	8,8	8,0	6,8	12,0	13,4	12,7	14,6
Habitação	3,4	2,7	8,8	10,3	18,3	12,5	7,6	5,8
Artigos de residência	7,1	5,8	5,5	5,5	5,4	5,2	6,5	6,5
Vestuário	5,4	6,3	3,6	2,9	4,5	3,2	5,7	5,1
Transportes	3,3	3,4	3,8	2,7	10,2	10,9	7,7	8,5
Saúde e cuidados pessoais	6,9	6,2	7,0	7,0	9,2	9,1	11,9	12,6
Despesas pessoais	8,4	7,5	8,3	7,5	9,5	10,4	9,5	9,2

¹ Índice criado pelo Etene, a partir dos dados de inflação divulgados pelo IBGE. A metodologia criada pelo Etene para o índice regional se utiliza de modelo metodológico similar ao índice nacional. Na edição da Revista BNB Conjuntura Econômica (nº 41) está divulgada a metodologia de construção do referido índice de inflação do Nordeste. A metodologia da Cesta Básica Regional se encontra nesta mesma edição.

IPCA - Grupo Pesquisado	2013		2014		2015		2016 (Var. % em 12 meses)	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Educação	7,9	8,6	8,5	7,9	9,2	8,9	9,2	8,1
Comunicação	1,5	1,7	-1,5	-0,4	2,1	3,1	3,4	3,4
Geral	5,9	6,0	6,4	6,0	10,7	10,4	9,3	9,7

Fonte: Elaborada pelo BNB/Etene com base nos dados do IBGE (2016).

Por outro lado, na análise mensal, o grupo Habitação, no mês de maio foi aquele de maior elevação do nível de preços do Nordeste, pois cresceu na Região 2,1%, devido aos crescimentos de Fortaleza (2,6%), Recife (2,4%) e Salvador (1,8%). Cabe destacar na variação mensal que, na região, observaram-se variações negativas em quatro dos nove grupos pesquisados no mês de março, ao passo que, nos meses de abril e maio, apenas um grupo registrou deflação nos preços. Neste contexto, apesar de apresentar trajetória declinante, pode-se inferir que a inflação continua apresentando resiliência na Região Nordeste.

Apesar da resiliência do processo inflacionário e das incertezas nos campos político e econômico, espera-se que, em razão da atividade econômica, conjugada com a diluição dos efeitos da elevação dos preços administra-

dos ocorridos no ano de 2015, resulte no arrefecimento da pressão inflacionária nos próximos meses do ano corrente. Para efeitos comparativos, cabe lembrar que os primeiros cinco meses de 2015 a inflação nacional acumulada já era de 5,3%, ao passo que o mesmo período de 2016 registrou indicador mais ameno, 4,0%.

Referência

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016). **Sistema nacional de índices de preços ao consumidor**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1419&z=ia&o=3&i=p>>. Acesso em: 08 Jun. 2016.

ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%)1	Brasil	Δ (%)1
<i>Agricultura</i>						
Estimativa produção grãos ²	2015/16	Mil t	12.978,2	-22,0	202.388,5	-2,5
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	Mil ha	7.556,0	-7,0	58.128,0	0,3
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	Kg/ha	1.718,0	-16,2	3.482,0	-2,9
<i>Indústria</i>						
Produção física industrial	Jan-Mar	Índice	96,0	-4,0	89,5	-10,5
<i>Comércio</i>						
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Mar	Índice	90,7	-9,3	93,0	-7,0
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Mar	Índice	87,2	-12,8	90,6	-9,4
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>						
Exportações	Jan-Mai	US\$ milhões	5.098,1	-4,2	73.493,4	-1,6
Importações	Jan-Mai	US\$ milhões	6.535,0	-39,7	53.832,0	-30,1
<i>Crédito</i>						
Saldo das operações de crédito ³	abr/16	R\$ milhões	400.881,0	3,0	3.142.926,0	2,7
Saldo dos depósitos bancários ³	mar/16	R\$ milhões	9.194,3	-9,1	10.352,5	-9,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	mar/16	R\$ milhões	54.078,5	2,1	60.914,2	2,5
BNB - Contratações FNE	mar/16	R\$ milhões	653,1	-64,7	826,0	-60,4
BNB - Contratações do PRONAF	mar/16	R\$ milhões	523,6	15,5	583,8	14,2
BNB - Contratações do CrediAmigo	mar/16	R\$ milhões	1.736,8	2,6	1.828,2	3,0
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abr	R\$ milhões	3.409,2	-60,2	34.641,7	-59,7
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	abr/16	%	4,5 ⁵	3,7 ⁶	3,7 ⁵	3,0 ⁶
<i>Finanças Públicas</i>						
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Abr	R\$ milhões	19.626,6	-2,0	296.260,3	1,7
Arrecadação de ICMS	Jan-Mar	R\$ milhões	16.635,5	4,3	102.522,7	6,1
<i>Emprego</i>						
			<i>Em 2016</i>	<i>Em 2015</i>	<i>Em 2016</i>	<i>Em 2015</i>
Saldo do emprego formal na indústria extrativa mineral	Jan-Abr	Mil	-0,45	-0,85	-2,97	-5,59
Saldo do emprego formal na indústria de transformação	Jan-Abr	Mil	-69,12	-49,24	-85,89	-35,04
Saldo do emprego formal do SIUP	Jan-Abr	Mil	-3,39	1,76	-2,61	0,44
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Abr	Mil	-21,59	-39,26	-57,80	-76,1
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Abr	Mil	-38,62	-21,24	-199,18	-131,2
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Abr	Mil	-15,07	12,28	-50,34	125,5
Saldo do emprego formal na Administração Pública	Jan-Abr	Mil	2,23	2,73	16,12	15,7
Saldo emprego formal agropecuário	Jan-Abr	Mil	-18,84	-14,28	4,18	9,0
Saldo total do emprego formal	Jan-Mar	Mil	-164,85	-108,09	-378,48	-97,4
Taxa média de desocupação em Recife ⁸	Jan-Mar	%	13,4	7,7	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador ⁸	Jan-Mar	%	18,4	14,8	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil ⁸	Jan-Mar	%	-	-	10,9	7,9

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

1 Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

2 Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª, e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale. 4º Levantamento CONAB.

2 Valores de variação do ano safra 2015/2016 sobre o ano safra 2014/2015

3 Saldo das operações de crédito no Nordeste, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Os saldos dos depósitos referem-se apenas aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica, no Nordeste e no Brasil.

4 Nova taxa de inadimplência exclui as operações de cartão de crédito – compras à vista – do total do crédito.

5 Em dezembro de 2015;

6 Em dezembro de 2016;

7 Não inclui receita previdenciária;

8 A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa.

Observações:

Por se tratar de trabalho de curto prazo, alguns indicadores apresentam valores provisórios, segundo as próprias fontes oficiais.

A produção industrial do Nordeste corresponde aos resultados de todos os estados da Região, e não apenas do CE, PE e BA.

As variações para o Nordeste, do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada Estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada Estado, na receita bruta da Região, divulgada na Pesquisa Anual do Comércio de 2010, do IBGE.

O saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recursos. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data.

A taxa de inadimplência corresponde ao valor das operações bancárias vencidas há mais de 90 dias sobre o total dos empréstimos.

Contratações e desembolsos de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo.

O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos, podendo o mesmo assumir valores positivos ou negativos.

ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS

Indicadores	Período/ Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
<i>Agricultura</i>										
					Mil t					
Estimativa produção grãos ²	2015/16	2.596,60	2.692,60	460,7	38,5	88,4	176,4	60,3	838,00	6.026,70
<i>Mil ha</i>										
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	1.238,10	1.368,00	921,9	73,2	185,2	471,7	79,9	214,8	3.003,20
<i>Em Kg/ha</i>										
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	2.097,00	1.968,00	500	526	477	374	755	3.901,00	2.007,00
<i>Indústria</i>										
					Em Número Índice					
Produção física industrial	Jan-Abr	-	-	93,3	-	-	77,9	-	-	102,4
<i>Comércio</i>										
					Em Número Índice					
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Mar	92,7	92,2	93,9	90,7	96,0	89,0	91,1	57,8	88,1
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Mar	83,0	90,9	88,4	89,7	91,4	84,0	88,2	83,7	88,0
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>										
					Em US\$ milhões					
Exportações	Jan-Mai	915,5	77,2	394,4	97,2	46,1	417,1	204,3	29,1	2.971,2
Importações	Jan-Mai	940,9	22,9	721,1	60,4	115,3	1.731,6	229,5	62,3	2.651,0
<i>Crédito</i>										
					Em R\$ milhões					
Saldo das operações de crédito ³	abr/16	38.041,0	18.855,0	64.581,0	30.750,0	26.904,0	72.853,0	19.976,0	18.252,0	110.668,0
Saldo dos depósitos bancários ³	mar/16	491,0	314,7	4.782,0	552,9	343,5	907,0	207,9	310,7	1.284,6
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	mar/16	6.248,7	4.613,3	11.107,2	3.793,7	3.074,4	8.268,4	2.587,8	2.585,7	11.799,2
BNB - Contratações FNE	mar/16	88,3	67,5	85,0	85,4	38,2	86,3	57,1	52,1	131,4
BNB - Contratações do PRONAF	mar/16	55,3	59,1	71,1	32,5	54,6	67,7	29,9	21,9	131,5
BNB - Contratações do CrediAmigo	mar/16	208,4	199,2	549,5	106,4	135,5	132,4	96,0	84,3	225,2
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abr	304,5	568,5	639,9	97,3	91,0	358,0	48,7	41,0	1.260,3
<i>Finanças Públicas</i>										
					Em R\$ milhões					
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Abr	1.563,5	654,6	3.832,0	1.069,8	1.096,1	4.877,1	694,5	702,6	5.136,5
Arrecadação de ICMS	Jan-Mar	1.428,1	859,5	2.599,8	915,1	1.170,4	3.177,6	902,7	721,6	4.860,7
<i>Emprego</i>										
					Em mil					
Saldo emprego formal - Total	Jan-Abr	-13,78	-7,44	-19,51	-12,66	-11,16	-45,71	-30,81	-9,96	-13,81

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

¹ Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais;

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

... Informações inexistentes ou desconhecidas.

ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)

Indicadores	Período /Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE	Brasil
<i>Agricultura</i>												
<i>Em %</i>												
Estimativa produção grãos ²	2015/16	-37,2	-14,1	51,1	74,2	140,2	19,7	-10,3	15,1	-25,3	-22,0	-2,5
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	-28,4	-3,0	1,6	23,4	50,7	2,5			-4,3	-7,0	0,3
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	-12,3	-11,4	48,7	41,0	59,6	16,9	-10,3	15,1	-22,0	-16,2	-2,9
<i>Indústria</i>												
<i>Em %</i>												
Produção física industrial	Jan-Abr	-	-	-6,7	-	-	-22,1	-	-	2,4	-4,0	-10,5
<i>Comércio</i>												
<i>Em %</i>												
Comércio varejista - volume de vendas	Jan-Mar	-7,3	-7,8	-6,1	-9,3	-4	-11	-8,9	-12,2	-11,9	-9,3	-7,0
Comércio varejista ampliado - volume de vendas	Jan-Mar	-17	-9,1	-11,6	-10,3	-8,6	-16	-11,8	-16,3	-12	-12,8	-9,4
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>												
<i>Em %</i>												
Exportações	Jan-Mai	-22,5	-22,8	-1,2	13,3	-27,9	39,0	-29,8	7,0	1,5	-4,2	-1,6
Importações	Jan-Mai	-59,1	-66,3	-51,1	-20,8	-52,0	-28,9	-9,6	-34,1	-32,1	-39,7	-30,1
<i>Crédito</i>												
<i>Em %</i>												
Saldo das operações de crédito ³	abr/16	6,0	8,4	8,2	7,1	5,6	0,9	0,6	5,0	-1,9	3,0	2,7
Saldo dos depósitos bancários ³	mar/16	18,8	-2,8	-16,7	2,6	-14,4	-5,4	15,4	8,7	1,2	-9,1	-9,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	mar/16	4,9	5,2	-1,1	1,0	3,9	0,0	-2,4	3,6	4,9	2,1	2,5
BNB - Contratações FNE	mar/16	-49,0	-35,8	-86,5	1,6	-61,3	-57,3	-55,7	-24,4	-71,3	-64,7	-60,4
BNB - Contratações do PRONAF	mar/16	7,3	27,9	7,2	10,6	29,6	16,0	2,2	3,1	20,9	15,5	14,2
BNB - Contratações do CrediAmigo	mar/16	-2,8	2,5	6,7	0,9	-5,0	2,7	1,0	-2,5	7,2	2,6	3,0
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan/Abr	-45,0	60,	-17,9	-83,9	-38,5	-81,5	-50,2	-56,9	-68,5	-60,2	-59,7
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	Abr/16	4,8	4,1	4,1	3,9	4,3	4,8	5,5	4,8	4,6	4,5	3,7
<i>Finanças Públicas</i>												
<i>Em %</i>												
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Abr	-9,7	3,1	7,5	0,2	-6,0	-9,2	5,8	-5,0	0,7	-2,0	1,7
Arrecadação de ICMS	Jan-Mar	19,5	8,6	10,2	-20,7	1,8	-2,1	12,0	1,1	7,2	4,3	6,1
N. variações acima média Nordeste	...	6	8	9	12	8	8	7	9	9	6	8
N. variações abaixo média Nordeste	...	11	9	9	5	9	10	9	7	9	12	13

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Notas:

1 Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais;

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

... Informações inexistente ou desconhecida.